

SINOPSE

A despeito da retomada ainda lenta da economia brasileira, o mercado de trabalho no país vem mostrando uma dinâmica mais favorável, principalmente no que se refere ao crescimento do pessoal ocupado. Apesar da piora de composição e do rendimento médio – em parte devido ao crescimento da informalidade, no período recente –, a população ocupada (PO) já se encontra em patamar superior ao registrado no período pré-crise. Essa melhora do mercado de trabalho proporcionou, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma nova queda da taxa de desemprego, no segundo trimestre do ano, especialmente para a população mais jovem, cuja desocupação recuou 0,8 ponto percentual (p.p.), resultado de uma alta de 1,7% da ocupação dos trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos. Deve-ressaltar, ainda, que os efeitos da melhora da ocupação sobre o recuo da taxa de desemprego só não são mais significativos por conta do crescimento mais elevado da força de trabalho. Por certo, de janeiro a julho de 2019, a população economicamente ativa (PEA) aponta uma variação interanual de 1,8%, bem acima da observada no mesmo período do ano anterior (0,8%). Logo, se a força de trabalho apresentasse, em 2019, uma dinâmica similar à observada em 2018, a taxa de desocupação, no último trimestre móvel, encerrado em julho, seria de 10,9%, ou seja, quase 1,0 p.p. abaixo da registrada.

Este ambiente um pouco mais benigno no mercado de trabalho também ajuda a explicar uma melhora nos indicadores de desalento e inatividade. No primeiro caso, os microdados de transição da PNAD Contínua revelam o recuo da proporção de trabalhadores que migram da ocupação para a inatividade por conta do desalento. Se no primeiro trimestre do ano esta parcela respondia por 18,3%, no segundo trimestre passou para 17,4%. No caso da inatividade, observa-se que, no segundo trimestre de 2019, houve um crescimento, na margem, de mais de 1,0 p.p. do fluxo de trabalhadores que deixaram a condição de inativos e se tornaram ocupados, além de uma queda de 0,5 p.p. na transição de indivíduos que saíram da ocupação em direção à inatividade.

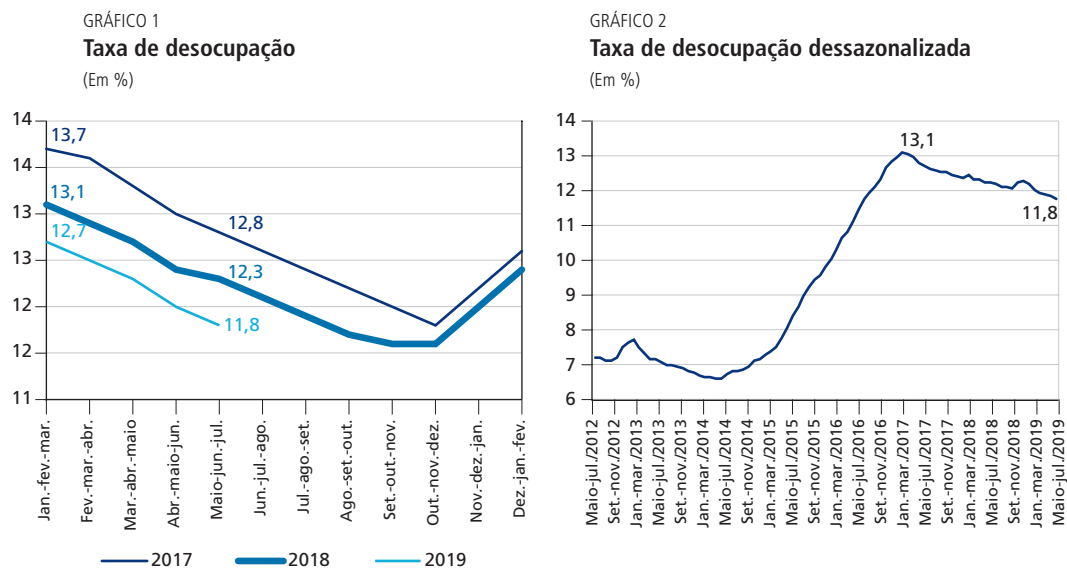
Se, por um lado, a ocupação vem reagindo de forma mais intensa, por outro lado, os rendimentos médios mostram um comportamento menos favorável, marcado por uma leve retração de 0,2%, na comparação interanual, no segundo trimestre de 2019. Nota-se que, mesmo no segmento privado sem carteira, em que se verifica a maior alta (5,1%), houve uma piora da desigualdade de renda – o índice de Gini desse segmento saltou de 0,47, no início de 2018, para 0,51, no segundo trimestre de 2019.

Na abertura dos rendimentos por faixa de renda, observa-se que, no segundo trimestre de 2019, as duas faixas de renda mais baixa foram as únicas a apresentar queda

na comparação com o mesmo período de 2018. Por certo, enquanto as famílias de renda muito baixa registram um recuo de 1,4% nos seus rendimentos médios reais, o segmento mais rico da população aponta uma alta salarial de 1,5%, explicada, sobretudo, por um aumento mais forte da inflação nas classes de renda mais baixa, conforme o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, impactadas pelos reajustes da energia elétrica, das tarifas de ônibus e dos medicamentos, no período em questão.

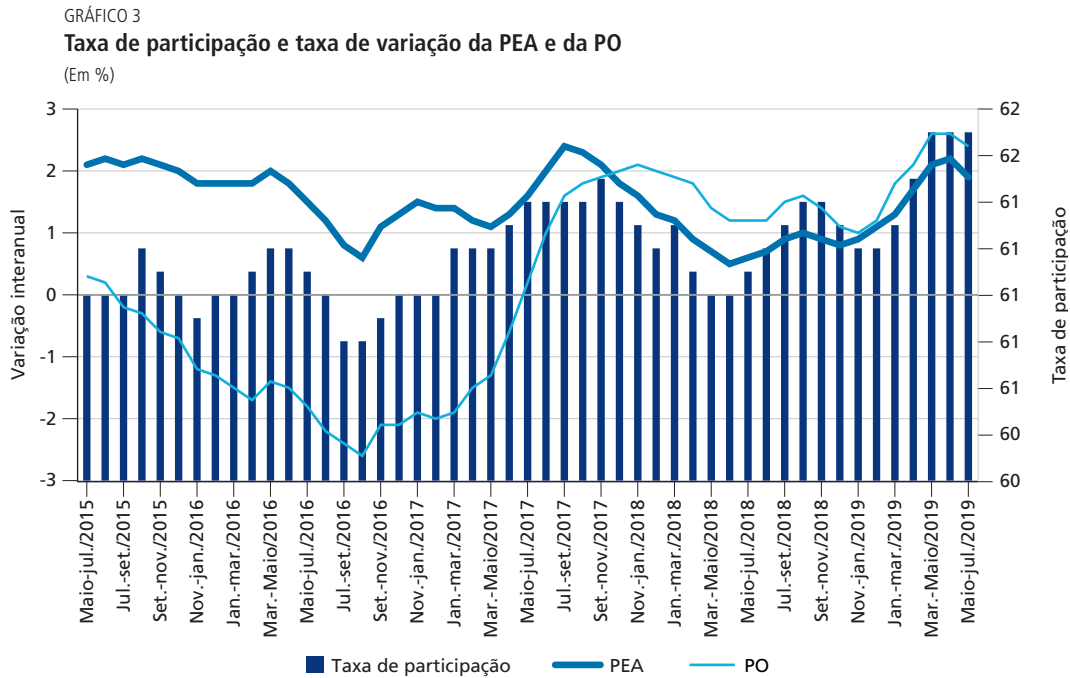
1 ASPECTOS GERAIS

Os dados relativos ao mercado de trabalho brasileiro vêm apresentando uma melhora de desempenho nos últimos meses, seja pela queda da desocupação, seja, sobretudo, pela expansão da PO. De acordo com os dados da PNAD Contínua, após iniciar o ano com uma taxa de 12,7%, o desemprego vem recuando continuamente e, no último trimestre móvel, encerrado em julho, já estava em 11,8% (gráfico 1). Em termos dessazonalizados, os dados mostram que a taxa de desocupação observada no período maio-julho de 2019 é a mais baixa registrada desde o terceiro trimestre de 2016, situando-se 1,3 p.p. abaixo do pico de 13,1% atingido no primeiro trimestre de 2017 (gráfico 2).

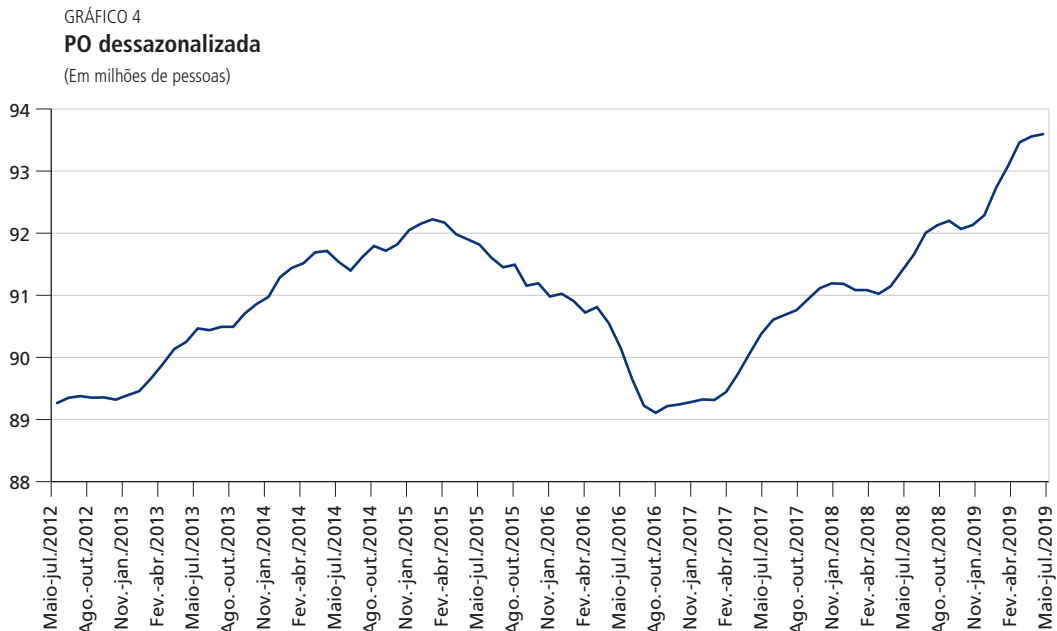


Deve-se ressaltar, entretanto, que a queda da desocupação poderia ter sido ainda mais significativa, tendo em vista que o aumento no ritmo de crescimento da força de trabalho vem anulando parte dos efeitos da forte expansão da PO. Neste ano, até o trimestre móvel de maio a julho, a força de trabalho apresenta uma taxa de crescimento interanual da ordem de 1,8%, bem acima da registrada em 2018 (0,8%), considerando o mesmo período. Em contrapartida, na mesma base de comparação, a PO acelerou a sua velocidade de expansão, passando de 1,5%, em 2018, para 2,3%, em 2019 (gráfico 3). Dessa forma, observa-se que, se a força de trabalho em 2019 apresentasse dinâmica similar à apontada no ano passado, a taxa de desocupação no último trimestre móvel, encerrado em julho, seria de 10,9%, ou seja, quase 1,0 p.p. abaixo da registrada. De

fato, de acordo com o gráfico 4, nota-se que, em termos dessazonalizados, a ocupação vem crescendo de forma significativa nos últimos meses, e não só já ultrapassou o nível pré-crise (2015) como também registrou, em julho, o maior valor para a série desde o início da pesquisa em 2012.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Em contrapartida, é preciso pontuar que, embora em nível mais alto, a composição atual da PO é relativamente pior que a observada no passado, não apenas porque vem reduzindo o número de pessoas com nível superior em postos de trabalho que exigem tal qualificação, mas especialmente porque vem recuando a participação do emprego formal no total da ocupação. Enquanto, no primeiro trimestre de 2015, 51,4% dos ocupados possuíam vínculos formais de trabalho nos setores público e privado,¹ no último trimestre móvel, em julho, este percentual recuou para 47,1%, atingindo o menor patamar para a série da PNAD Contínua. As parcelas de empregados sem carteira e por conta própria, por seu turno, aceleraram de 17,6% e 23,6%, respectivamente, para 20,0% e 25,9%, na mesma base de comparação.

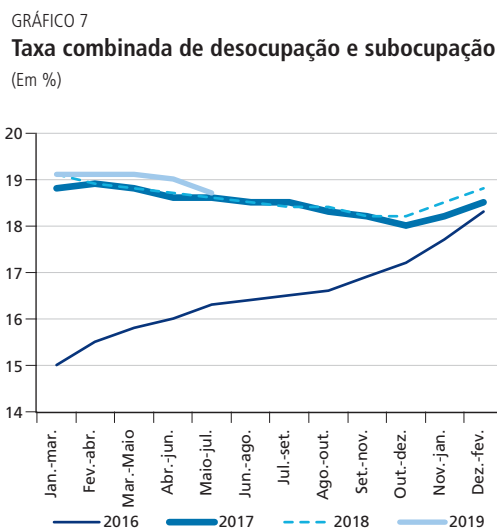
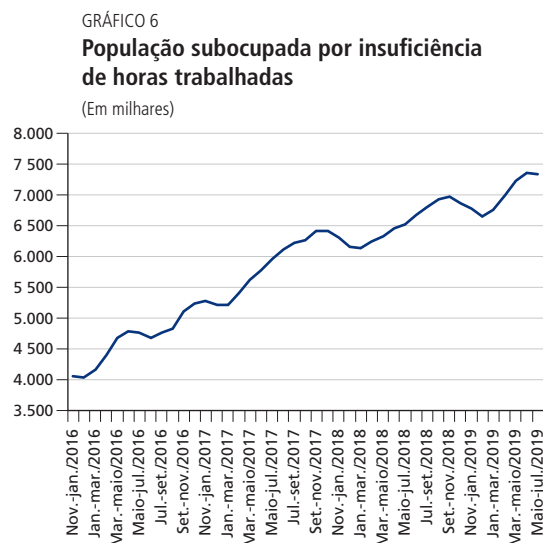
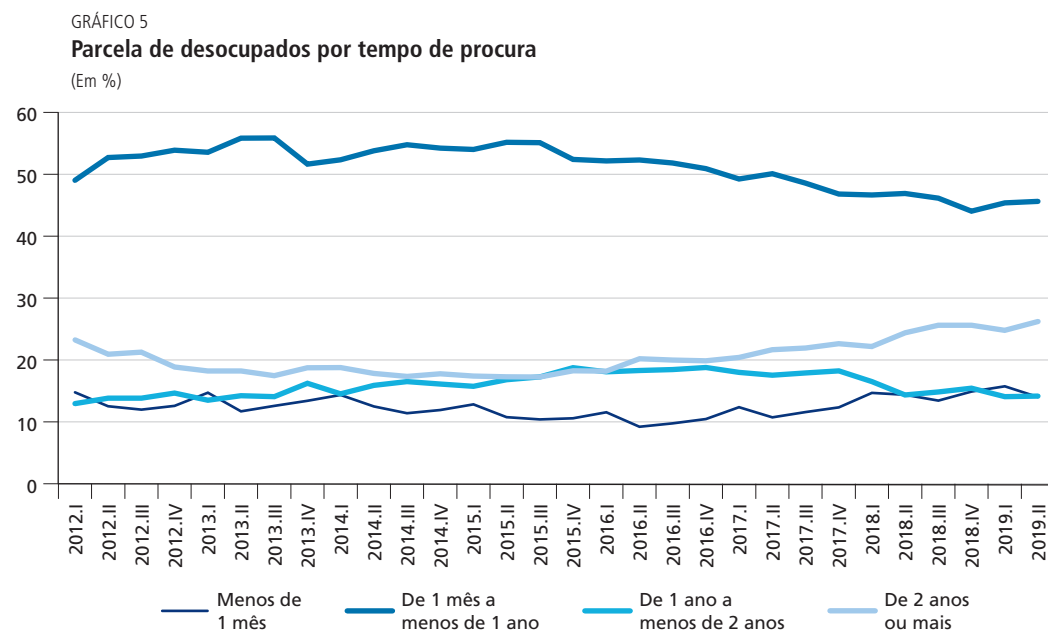
No caso dos empregados com carteira no setor privado, os dados da PNAD Contínua revelam que, apesar de ainda apresentarem uma queda na sua participação relativa, esse contingente de trabalhadores vem registrando, desde o primeiro trimestre do ano, taxas de crescimento interanuais positivas – algo que não ocorria desde o fim de 2014. Essa melhora do emprego com carteira mostrada pelo IBGE já havia sido sinalizada pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (ME), que já apontavam uma recuperação no ritmo de criação de vagas formais desde o início do segundo semestre de 2018. De fato, nos sete primeiros meses do ano, a economia gerou 461,4 mil novos empregos com carteira assinada, de acordo com esses dados do Caged.

O aumento da ocupação em ritmo superior ao da força de trabalho neste ano vem possibilitando, de forma gradual, o recuo da população desocupada. No trimestre móvel encerrado em julho, o país possuía 12,6 milhões de desempregados, contingente este que, embora alto, possui 600 mil pessoas a menos que o observado no trimestre imediatamente anterior, encerrado em abril. Em que pese essa queda do número de desocupados, os microdados da PNAD Contínua revelam que vem crescendo o desemprego de longo prazo no país, refletindo a longa duração da crise econômica. Conforme a pesquisa do IBGE, no segundo trimestre de 2019, 26,2% dos trabalhadores desempregados já estavam nesta situação há pelo menos dois anos, o que significa um incremento de 1,8 p.p. em relação ao observado no mesmo trimestre do ano anterior (gráfico 5).

Adicionalmente, deve-se ressaltar que, mesmo diante de uma melhora no cenário de emprego no país, as condições do mercado de trabalho ainda se mostram adversas, não apenas por conta do elevado contingente de desempregados como também pelo aumento do número de subocupados e desalentados. Em relação à subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, os dados da PNAD Contínua indicam que, ao longo dos últimos quatro anos, a parcela de ocupados que trabalham menos de quarenta horas semanais, mas que estão disponíveis e/ou gostariam de trabalhar mais, vem crescendo sistematicamente, de tal modo que saltou de 4,5%, no último trimestre de 2015, para 7,8%, no trimestre móvel, encerrado em julho de 2019. Em termos absolutos, percebe-se que, embora se verifique uma leve desaceleração na margem, há atualmente 7,3 milhões de trabalhadores nesta situação, o que significa uma alta de 12,4% quando se compara ao mesmo período de 2018 (gráfico 6). A taxa combinada de desocupação e subocupação,

1. Inclui militares, estatutários e trabalhadores domésticos.

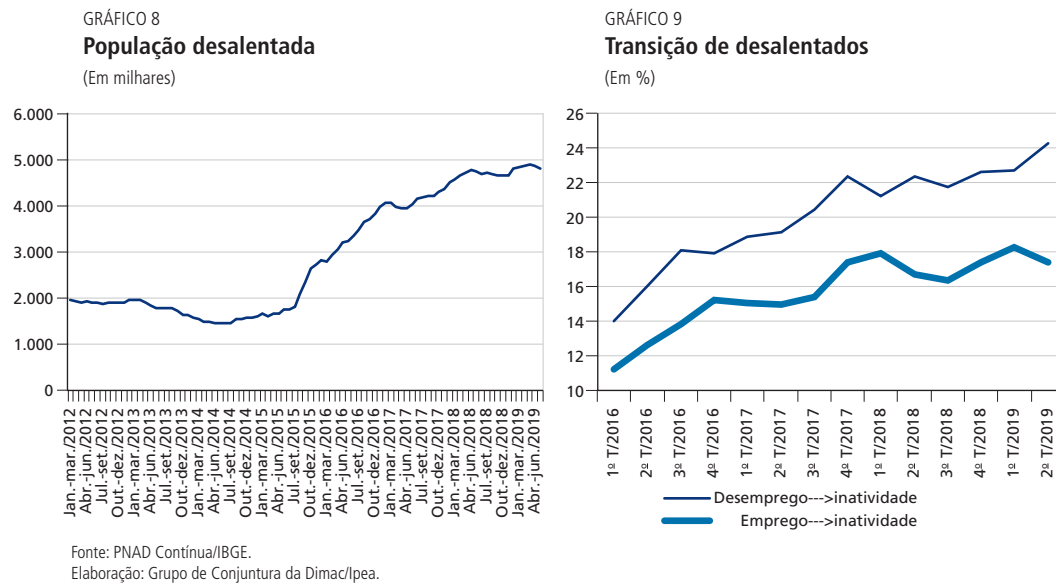
por conseguinte, foi de 18,7% em julho, permanecendo estável no que se refere às taxas apontadas nos mesmos trimestres de 2017 e 2018 (gráfico 7).



De forma similar, embora o número de pessoas fora da força de trabalho por motivos associados ao desalento² tenha recuado levemente no último trimestre móvel, encerrado em julho, o país ainda registra um contingente de 4,83 milhões de pessoas desalentadas,

2. Tal como o IBGE, consideramos como motivos associados ao desalento as seguintes categorias de respostas à pergunta sobre a razão de o indivíduo não ter buscado emprego na semana de referência: i) não conseguia trabalho adequado; ii) não tinha experiência profissional ou qualificação; iii) ser considerado muito jovem ou muito idoso; e iv) não havia trabalho na localidade.

o que implica um crescimento de 1,2% em relação ao registrado no ano anterior. No que diz respeito ao total da população em idade ativa (PIA), a parcela de desalentados mantém-se estável, em torno de 2,8% (gráfico 8). Já a análise dos microdados de transição da PNAD Contínua revela que, no segundo trimestre de 2019, manteve-se a trajetória de crescimento da parcela dos trabalhadores desempregados que foi para a inatividade por conta do desalento. Se, no primeiro trimestre de 2016, esta era de 14%, no segundo trimestre de 2019 já alcançava um patamar superior a 24%, refletindo, provavelmente, o aumento do desemprego de longo prazo. No entanto, no caso dos trabalhadores que saíram do emprego e migraram para a inatividade, o percentual dos que o fizeram por conta do desalento recuou, passando de 18,3% para 17,4% entre o primeiro e o segundo trimestre de 2019 (gráfico 9).



2 ANÁLISE DOS DADOS DESAGREGADOS E DE TRANSIÇÃO

De acordo com os dados desagregados da PNAD Contínua trimestral, observa-se que, na comparação interanual, o desemprego continuou recuando em praticamente todos os segmentos descritos na tabela 1.

A desagregação por gênero evidencia que, assim como verificado no trimestre anterior, a taxa de desocupação dos homens recuou de forma mais intensa que a das mulheres. Enquanto o desemprego masculino passou de 11,0%, no segundo trimestre de 2018, para 10,3%, em 2019, o feminino manteve-se praticamente inalterado (14,1%). De maneira semelhante, entre 2018 e 2019, a queda da desocupação entre os não chefes de família (0,8 p.p.) foi maior que à registrada pelos dos chefes de família (-0,1 p.p.), assim como a das regiões metropolitanas (0,6 p.p.) foi mais intensa que a das não metropolitanas (0,3 p.p.).

TABELA 1
Taxa de desemprego
(Em %)

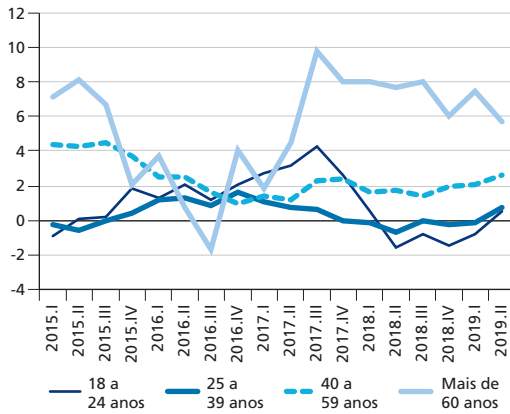
	2017			2018				2019	
	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.
Brasil	13,0	12,4	11,8	13,1	12,4	11,9	11,6	12,7	12,0
Centro-Oeste	10,6	9,7	9,4	10,5	9,5	8,9	8,5	10,8	10,3
Nordeste	15,9	14,8	13,8	15,9	14,8	14,4	14,4	15,3	14,6
Norte	12,5	12,2	11,3	12,7	12,1	11,5	11,7	13,1	11,8
Sudeste	13,6	13,2	12,6	13,8	13,2	12,5	12,1	13,2	12,4
Sul	8,4	7,9	7,7	8,4	8,2	7,9	7,3	8,1	8,0
Masculino	11,5	11,0	10,5	11,6	11,0	10,5	10,1	10,9	10,3
Feminino	14,9	14,2	13,4	15,0	14,2	13,6	13,5	14,9	14,1
18 a 24 anos	27,3	26,5	25,3	28,1	26,6	25,8	25,2	27,3	25,8
25 a 39 anos	12,0	11,3	10,8	11,9	11,5	11,0	10,7	11,9	11,1
40 a 59 anos	7,6	7,4	7,0	7,8	7,5	6,9	6,9	7,5	7,2
Mais de 60 anos	4,5	4,3	4,2	4,6	4,4	4,5	4,0	4,5	4,8
Não de chefe família	17,1	16,4	15,3	17,2	16,3	15,6	15,3	16,6	15,5
Chefe de família	7,9	7,6	7,4	8,1	7,8	7,3	7,1	7,9	7,7
Fundamental incompleto	12,0	11,4	10,9	12,0	11,4	11,0	11,0	11,3	10,9
Fundamental completo	15,0	14,8	13,6	14,8	13,8	13,5	13,5	13,9	13,9
Médio incompleto	21,8	21,0	20,4	22,0	21,1	20,9	19,7	22,1	20,5
Médio completo	14,6	14,0	13,0	14,9	14,0	13,2	12,8	14,6	13,6
Superior	8,3	7,9	7,8	8,7	8,4	7,8	7,5	8,6	8,1
Região metropolitana	14,7	14,1	13,7	14,7	14,4	13,8	13,3	14,3	13,8
Não região metropolitana	11,7	11,2	10,3	11,9	10,9	10,4	10,3	11,5	10,6

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Os dados abertos por faixa etária apontam que, no segundo trimestre de 2019, apenas o segmento dos trabalhadores com mais de 60 anos não apresentou recuo na taxa de desocupação, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Entre os trabalhadores mais jovens, nota-se que, embora ainda se mantenha em patamar elevado, o desemprego deste grupo foi o que apontou maior retração em termos absolutos, passando de 26,6% para 25,8%, entre 2018 e 2019. Deve-se ressaltar que, ao contrário dos trimestres anteriores, em que a queda da desocupação entre os jovens era decorrente, sobretudo, da contração da força de trabalho (gráfico 10), no segundo trimestre de 2019, a expansão de 1,7% da ocupação (gráfico 11) foi o principal responsável por esta melhora de desempenho. Em sentido contrário, observa-se que, mesmo diante de uma alta de 5,3% da PO com mais de 60 anos, a taxa de desemprego deste segmento avançou 0,4 p.p., passando de 4,4% para 4,8%, repercutindo a alta de 5,7% da força de trabalho mais idosa. Nas duas faixas intermediárias, constatam-se movimentos semelhantes que combinam um aumento de ocupação em ritmo superior ao da PEA, gerando um recuo

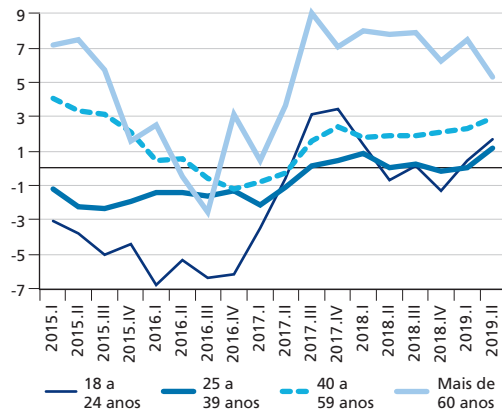
no desemprego. Na comparação interanual, a desocupação dos trabalhadores com idade entre 25 e 39 anos e entre 40 e 59 anos passou de 11,5% e 7,5%, respectivamente, em 2018, para 11,1% e 7,2%, em 2019.

GRÁFICO 10
Taxa de crescimento interanual da PEA, por faixa etária
(Em %)



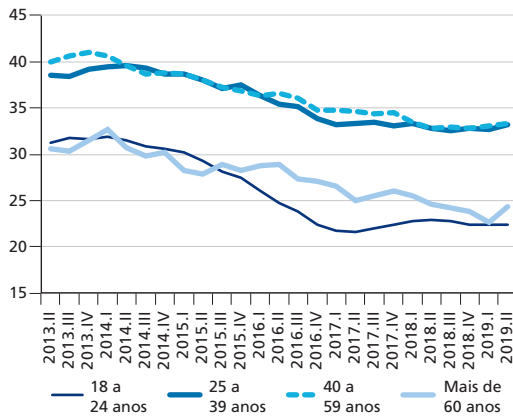
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 11
Taxa de crescimento interanual da PO, por faixa etária
(Em %)



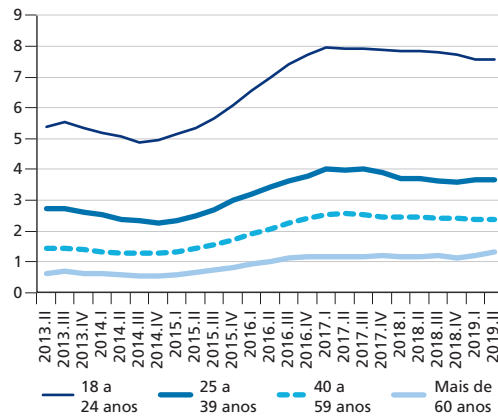
Apesar da melhora no comportamento do desemprego entre os mais jovens, os microdados de transição, mais uma vez, ratificam um ambiente menos favorável para esse grupo da população no mercado de trabalho, dado que esse segmento ainda é o que possui a menor probabilidade de ser contratado (gráfico 12), além de ter a maior chance de ser demitido (gráfico 13).

GRÁFICO 12
Proporção de desocupados que transitaram para a ocupação, por faixa etária
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 13
Proporção de ocupados que transitaram para o desemprego, por faixa etária
(Em %)



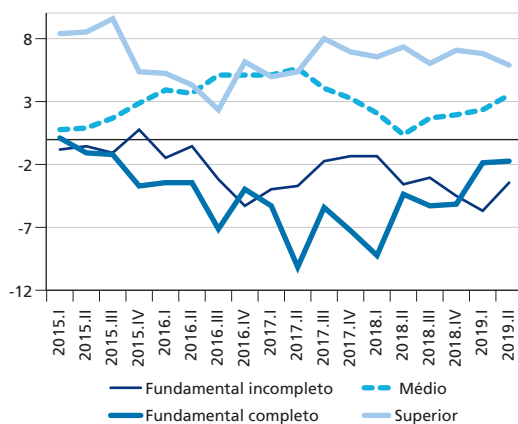
Já o recorte por grau de escolaridade sinaliza que, excetuando-se o grupo de trabalhadores com o ensino fundamental completo, todos os demais subgrupos registraram

redução da desocupação no segundo trimestre de 2019. Nota-se ainda que, embora a maior retração absoluta tenha ocorrido entre os trabalhadores com ensino médio incompleto (0,6 p.p.), em termos relativos, os recuos mais expressivos ocorreram nos segmentos extremos, ou seja, com instrução fundamental incompleta e superior.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a queda de 4% na desocupação de ambos os grupos foi gerada por movimentos distintos. Enquanto o recuo do desemprego entre os mesmos escolarizados veio de uma retração de 3,4% da força de trabalho diante de uma queda de 2,9% na ocupação, entre os mais educados a melhora da desocupação veio pela expansão da PO (6,3%) e pelo ritmo superior à expansão da PEA (5,9%). De fato, os dados da PNAD Contínua evidenciam que vem ocorrendo um movimento de recomposição da força de trabalho no país, em que o aumento da escolaridade vem desencadeando uma contração do número de trabalhadores com menos anos de estudo e, por conseguinte, uma elevação do contingente de indivíduos com formação mais alta (gráfico 14).

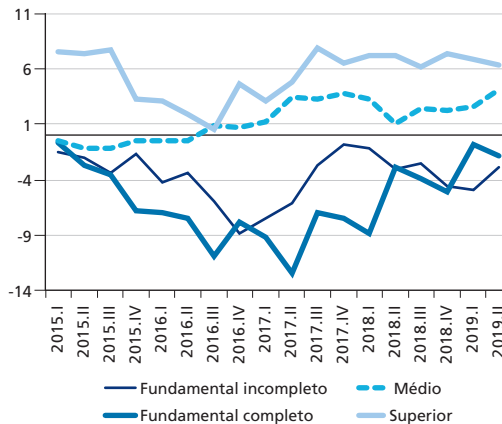
De modo semelhante, a PO no mercado de trabalho também vem se tornando cada vez mais instruída. No segundo trimestre de 2019, na comparação interanual, enquanto os grupos de trabalhadores ocupados com ensino fundamental incompleto e completo recuaram 2,9% e 1,8%, respectivamente, os com ensino médio e superior avançaram 4,1% e 6,3% (gráfico 15).

GRÁFICO 14
Taxa de crescimento interanual da PEA, por grau de instrução
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

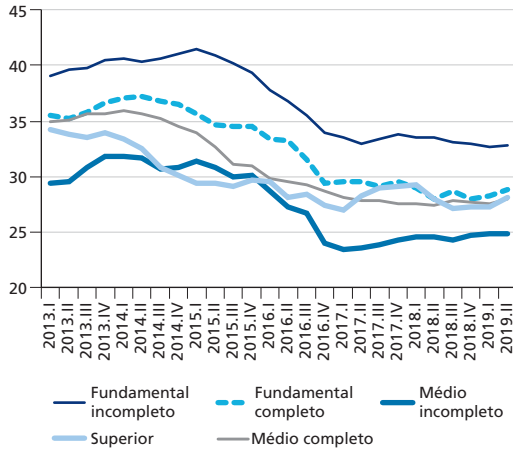
GRÁFICO 15
Taxa de crescimento interanual da PO, por grau de instrução
(Em %)



Por fim, os microdados de transição sinalizam que os efeitos da crise sobre o mercado de trabalho brasileiro acarretaram, em todos os segmentos educacionais, tanto uma queda na proporção de desempregados que conseguem obter um emprego quanto um aumento da parcela de ocupados que foram demitidos. No entanto, percebe-se que, em ambos os casos, os trabalhadores com ensino médio incompleto formam o grupo que não apenas possui mais dificuldade de obter uma nova colocação (gráfico 16) como também o que mais chance tem de ser dispensado da sua ocupação (gráfico 17). Já no segmento com ensino superior, observa-se que, apesar de não ser o grupo com maior

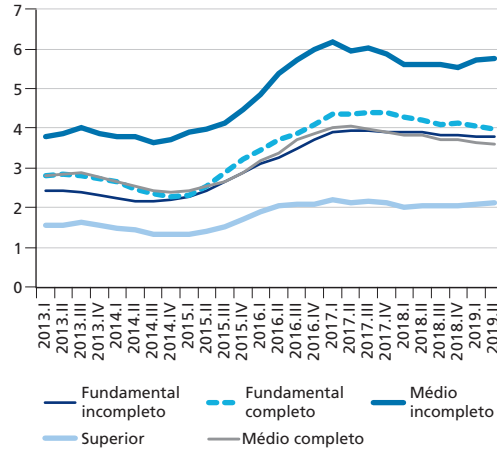
facilidade de voltar para a ocupação, esse conjunto de trabalhadores é o que possui a menor propensão ao desemprego.

GRÁFICO 16
Proporção de desocupados que transitaram para a ocupação, por grau de instrução
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

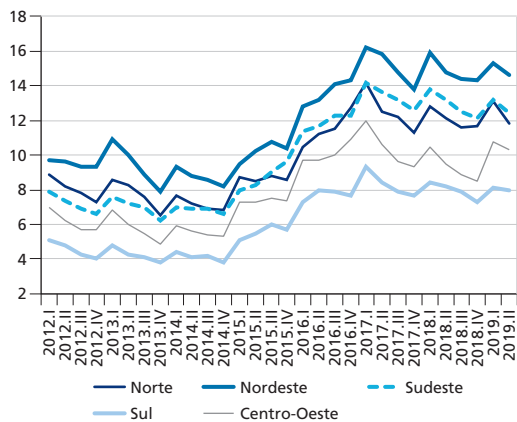
GRÁFICO 17
Proporção de ocupados que transitaram para o desemprego, por grau de instrução
 (Em %)



BOX 1
Desemprego por Unidade da Federação (UF)

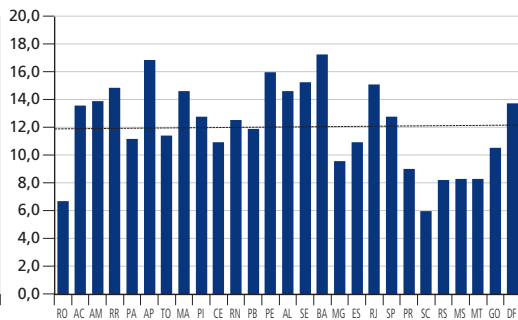
A análise dos dados trimestrais da PNAD Contínua, abertos por UFs, indica que, embora a trajetória do desemprego seja similar em todas as regiões do país, o nível da taxa de desocupação difere – não apenas entre elas, mas também entre os estados que as compõem. De acordo com o gráfico 18, constata-se que, apesar do fato de que a partir de 2015 todas as regiões apresentam um aumento da desocupação, a taxa de desemprego no Nordeste mantém-se bem acima das demais. Na desagregação das regiões pelas UFs, avalia-se que, no segundo trimestre de 2019, estados como Amapá, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro apontam uma taxa de desemprego significativamente acima da média do país. Em contrapartida, Rondônia e Santa Catarina registram taxas de desocupação próximas a 6%, cerca de metade da média nacional (gráfico 19).

GRÁFICO 18
Taxa de desocupação
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 19
Taxa de desocupação por UF – 2º trimestre de 2019
 (Em %)

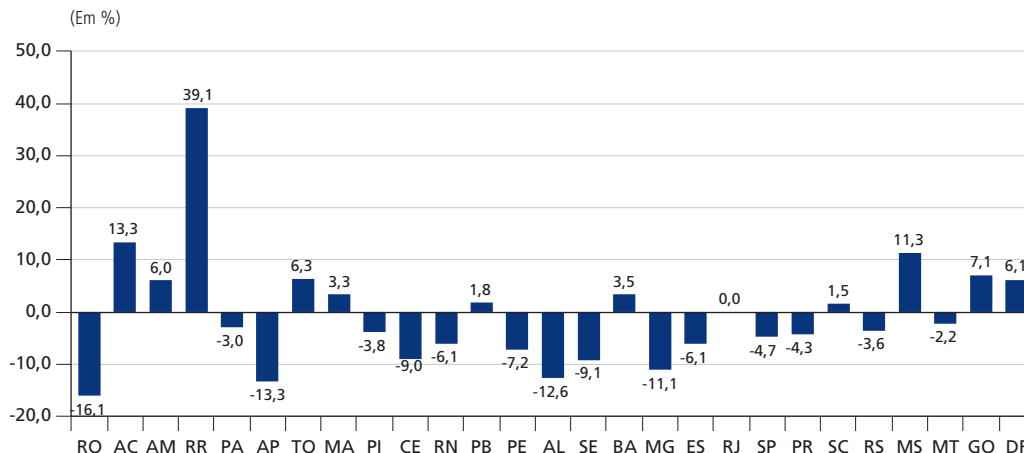


(Continua)

(Continuação)

A dinâmica recente do desemprego entre os estados também registra diferenças importantes de trajetória. Segundo o gráfico 20, na média dos dois primeiros trimestres de 2019, o desemprego avançou 39% em Roraima, 11% no Mato Grosso do Sul e 7% em Goiás, na comparação com o mesmo período de 2018. Em contrapartida, Rondônia, Amapá, Alagoas e Minas Gerais foram os estados com as maiores quedas relativas.

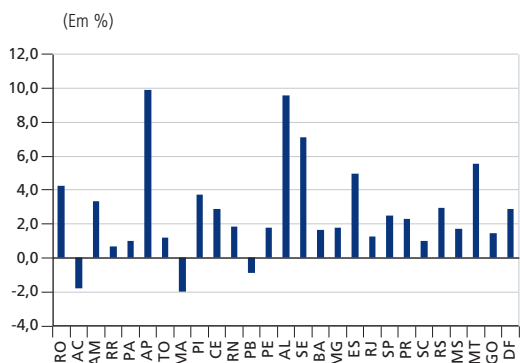
GRÁFICO 20
Taxa de crescimento da desocupação por UF



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

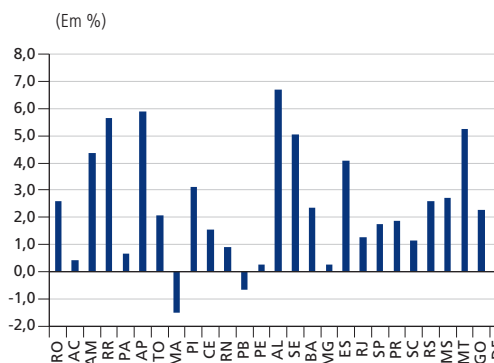
Nota-se, no entanto, que, na grande maioria dos estados onde houve alta do desemprego em 2019, esta não foi decorrente de uma retração da ocupação, mas sim de uma expansão mais significativa da força de trabalho. Por certo, o gráfico 21 mostra que apenas Acre, Maranhão e Paraíba registram uma contração da PO em 2019. Já os dados da PEA revelam que também houve um forte incremento da força de trabalho, em 2019, em praticamente todos os estados (gráfico 22).

GRÁFICO 21
Taxa de crescimento: PO



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

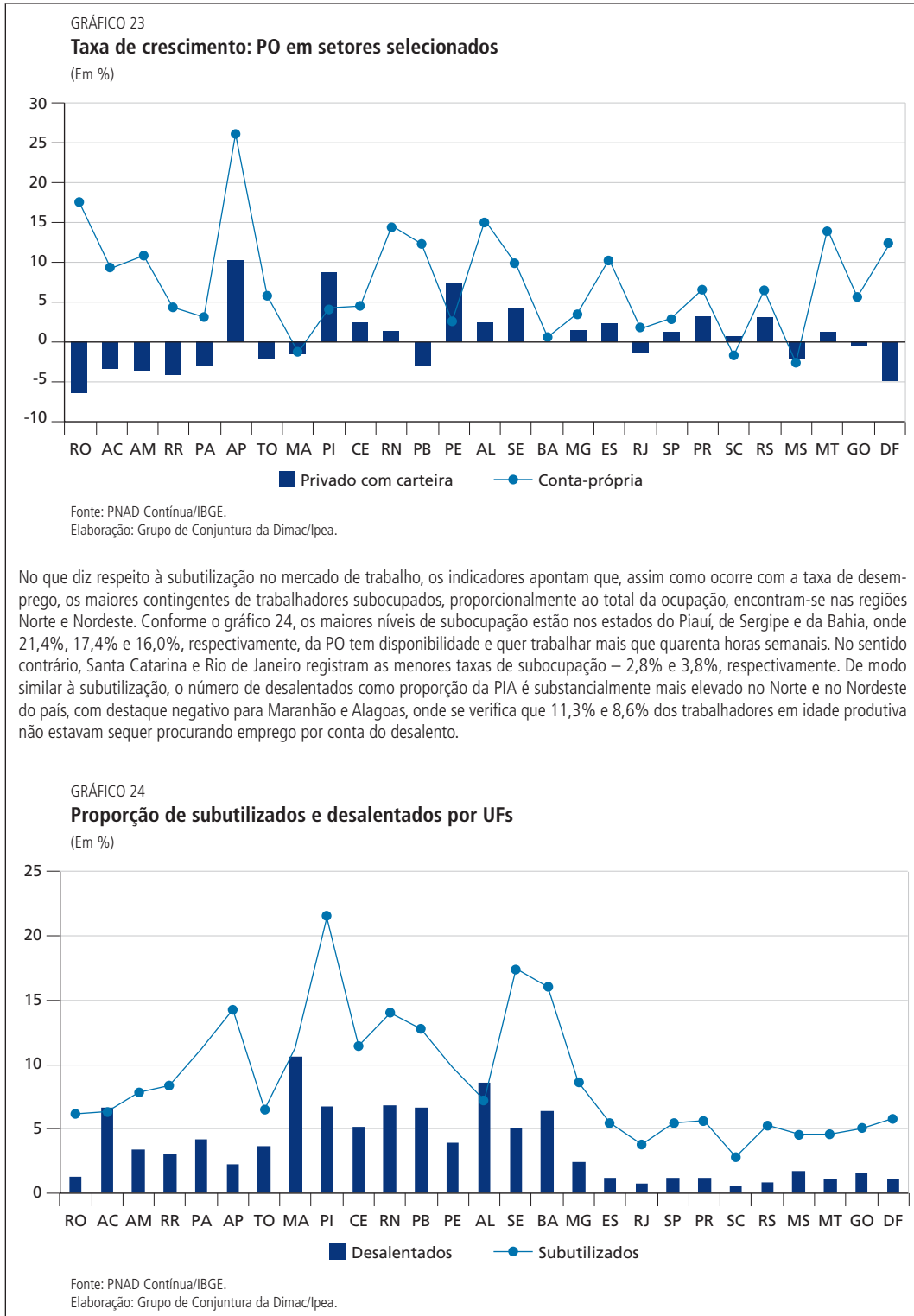
GRÁFICO 22
Taxa de crescimento: PEA



Deve-se salientar, porém, que, na grande maioria dos estados, esse aumento da ocupação ocorreu pela expansão dos trabalhadores por conta própria, tendo em vista que a PO com carteira no setor privado recuou em dez estados, além do Distrito Federal, na comparação interanual (gráfico 23).

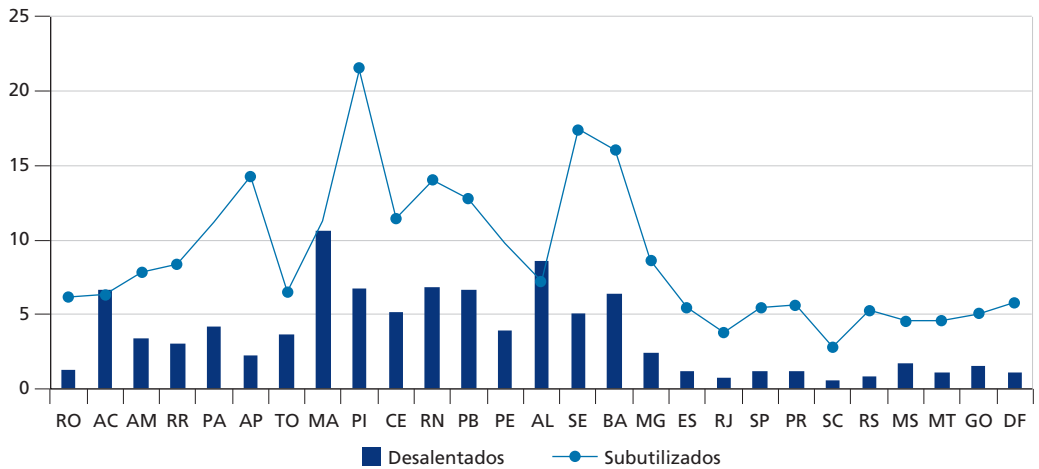
(Continua)

(Continuação)



No que diz respeito à subutilização no mercado de trabalho, os indicadores apontam que, assim como ocorre com a taxa de desemprego, os maiores contingentes de trabalhadores subocupados, proporcionalmente ao total da ocupação, encontram-se nas regiões Norte e Nordeste. Conforme o gráfico 24, os maiores níveis de subocupação estão nos estados do Piauí, de Sergipe e da Bahia, onde 21,4%, 17,4% e 16,0%, respectivamente, da PO tem disponibilidade e quer trabalhar mais que quarenta horas semanais. No sentido contrário, Santa Catarina e Rio de Janeiro registram as menores taxas de subocupação – 2,8% e 3,8%, respectivamente. De modo similar à subutilização, o número de desalentados como proporção da PIA é substancialmente mais elevado no Norte e no Nordeste do país, com destaque negativo para Maranhão e Alagoas, onde se verifica que 11,3% e 8,6% dos trabalhadores em idade produtiva não estavam sequer procurando emprego por conta do desalento.

GRÁFICO 24
Proporção de subutilizados e desalentados por UFs
 (Em %)

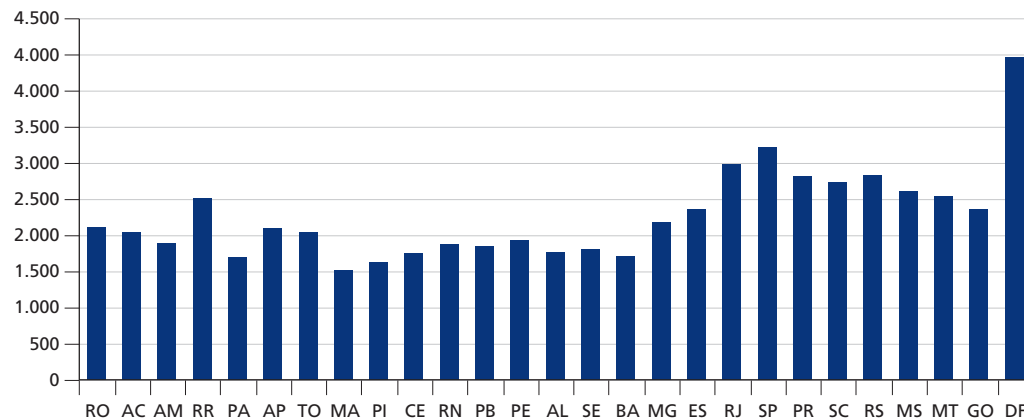


(Continua)

(Continuação)

Por fim, os dados de renda mostram que, na média de 2019, os trabalhadores do Distrito Federal são os que apresentam maior nível salarial, com rendimentos médios reais superiores a R\$ 4.000,00 (gráfico 25). Em sentido contrário, os menores salários são observados no Maranhão (R\$ 1.385,00), no Piauí (R\$ 1.502,00) e no Ceará (R\$ 1.598,00).

GRÁFICO 25
Rendimentos médios reais habitualmente recebidos
 (Em R\$)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

BOX 2

Dinâmica recente da inatividade

Conforme os microdados da PNAD Contínua, o crescimento da taxa de atividade, no segundo trimestre de 2019, destoou da evolução recente desse indicador. Este box tem como objetivo analisar alguns dos determinantes desse movimento – ou, na verdade, do seu dual, que vem a ser uma queda brusca na inatividade. Esse último indicador, definido a partir da razão entre indivíduos fora da força de trabalho e a PIA, caiu 0,73% no segundo trimestre de 2019, em comparação com o mesmo período de 2018.

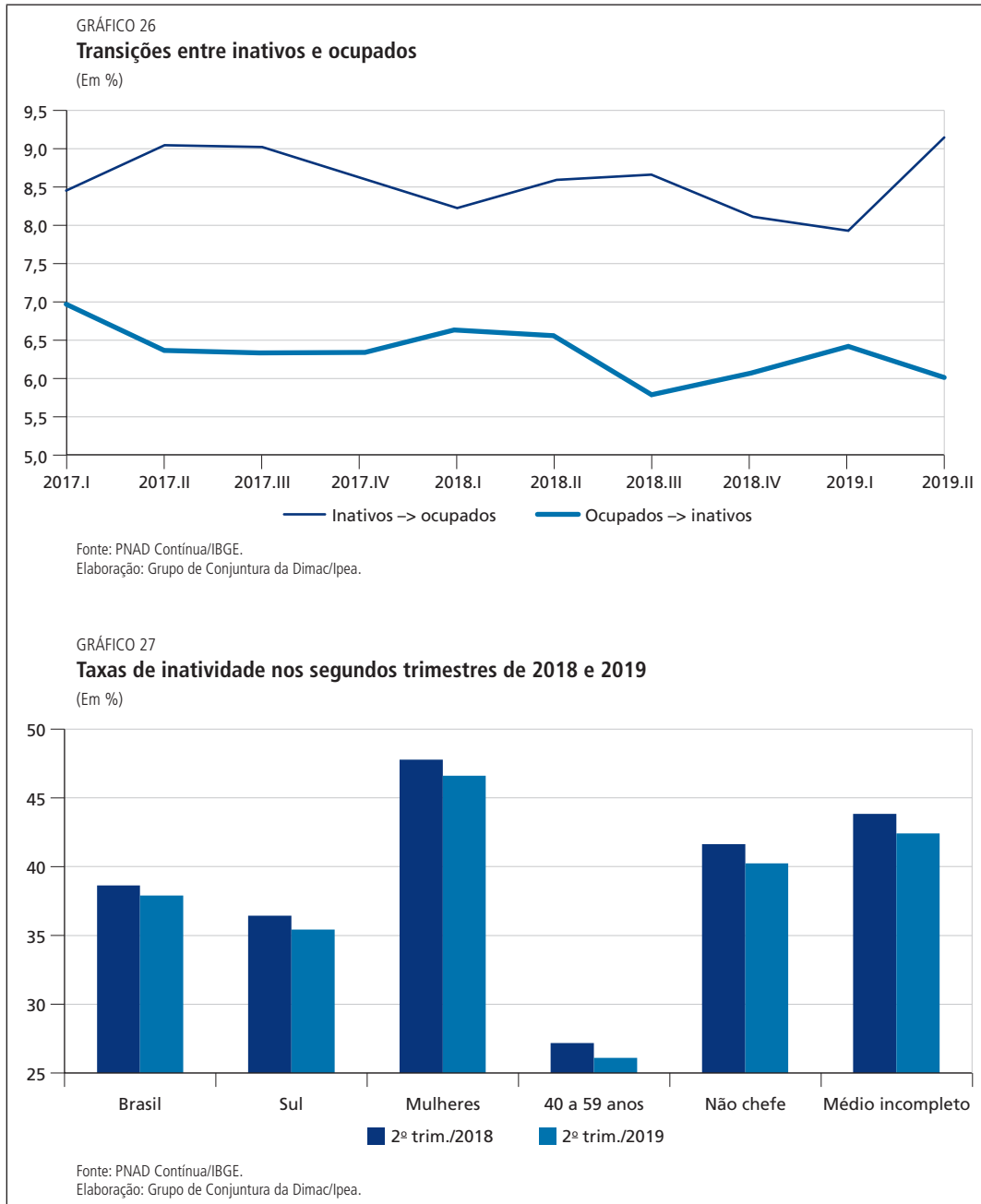
Uma análise dos fluxos tanto de entrada como de saída da inatividade mostra que os movimentos mais relevantes no segundo trimestre de 2019 estão relacionados aos fluxos de trabalhadores entre inatividade e ocupação. O gráfico 26 indica um crescimento significativo (de mais de 1 p.p.) do fluxo de saída de trabalhadores do estado de inatividade que se tornaram ocupados no segundo trimestre de 2019. Esse movimento ainda é reforçado por uma queda no fluxo inverso de entrada de trabalhadores na inatividade proveniente da ocupação.

O gráfico 27 mostra os grupos populacionais em que a taxa de inatividade apresentou uma queda de magnitude superior a 1 p.p. O destaque nesse quesito vai para o grupo de trabalhadores com nível de instrução médio incompleto, cuja redução foi de 1,43 p.p. Também é digna de nota a queda de magnitude semelhante registrada para os indivíduos que não são chefes de domicílio (1,40 p.p.). Dada a prevalência de mulheres nessa categoria, não é de surpreender que também seja registrada uma queda expressiva na taxa de inatividade para mulheres (1,17 p.p.).

Por fim, a única faixa etária a registrar uma queda superior a 1 p.p. na taxa de inatividade, no segundo trimestre de 2019, foi a de 40 a 59 anos de idade (1,07 p.p.); na dimensão regional, apenas no Sul registrou-se uma queda de magnitude semelhante (1,02 p.p.) na taxa de inatividade no segundo trimestre de 2019.

(Continua)

(Continuação)



3 GRAU DE FORMALIDADE

O gráfico 28 expõe que, segundo a PNAD Contínua, a partir do trimestre móvel que terminou em março de 2019, o emprego com carteira assinada (formal) voltou a crescer, depois de mostrar resultados negativos por quatro anos. A quantidade de trabalhadores com carteira cresceu 1,12% no trimestre móvel terminado em junho, em comparação com o mesmo período de 2018.

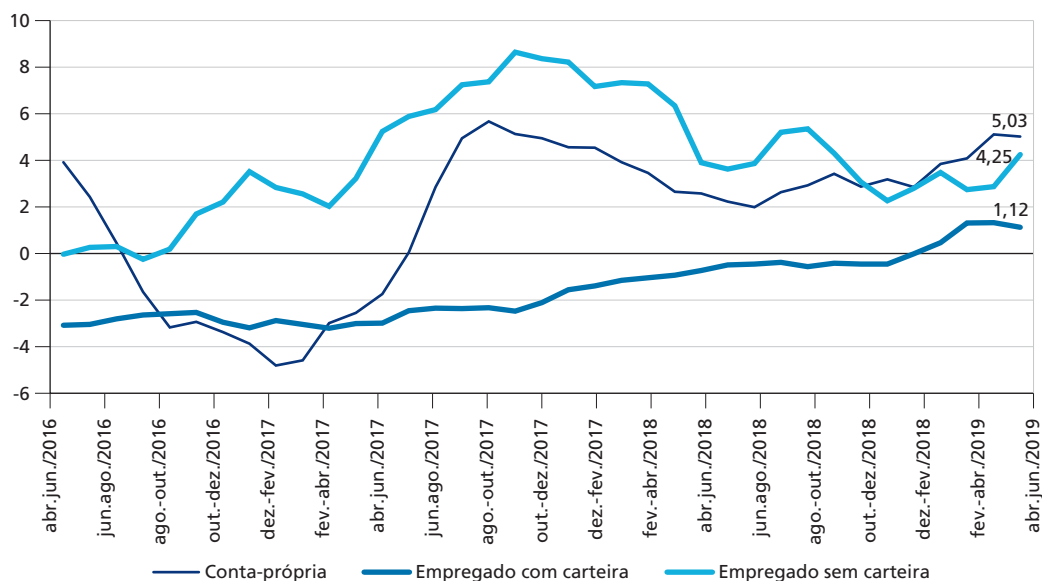
Apesar desse resultado positivo, a intensidade do crescimento do emprego formal em 2019 foi menor que o aumento de trabalhadores sem carteira (emprego informal) e

dos que trabalham por conta própria. O primeiro apresentou certa estabilidade em 2019 após a queda observada em 2018 – ainda assim, há um aumento pontual no último trimestre observado para 4,25%. Já a taxa interanual de crescimento de trabalhadores por conta própria aumentou ao longo de 2019 depois de ter se estabilizado em 2018, fechando o trimestre móvel terminado em junho em 5,03%.

GRÁFICO 28

Taxa de variação interanual: ocupação por tipo de vínculo

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

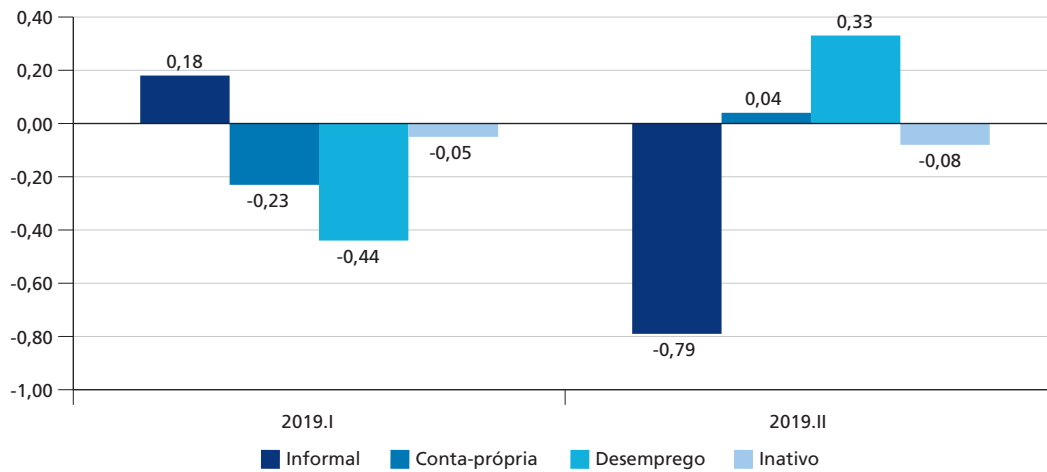
No gráfico 29, podemos observar o crescimento anual das transições de trabalhadores que chegam ao emprego formal provenientes de outros tipos de ocupação. Essa análise está centrada nos dois trimestres de 2019, visto ser esse o período de recuperação do emprego formal. É possível notar uma heterogeneidade entre os dois trimestres. Na comparação do primeiro trimestre de 2019 com o mesmo trimestre de 2018, a entrada no emprego formal cresce apenas para os trabalhadores provenientes do emprego informal. Já na comparação dos segundos trimestres de 2018 e 2019, o crescimento no fluxo de entrada no emprego formal passa a ser puxado por trabalhadores provenientes do desemprego.

O gráfico 30 mostra o crescimento anual do movimento inverso, de trabalhadores que saem da formalidade de um trimestre para o outro. No primeiro trimestre de 2019, a maior contribuição para o crescimento interanual do emprego formal veio de uma redução do fluxo de saída do emprego formal para o desemprego. Na comparação com o mesmo trimestre de 2018, esse fluxo registrou um decréscimo de 0,18 p.p. Há também uma contribuição no mesmo sentido do fluxo de trabalhadores do emprego formal para o informal, com uma diferença de 0,08 p.p. no mesmo período. Já na comparação entre os segundos trimestres de 2019 e 2018, a inatividade é o único destino a puxar uma queda no fluxo de saída do emprego formal.

GRÁFICO 29

Diferenças anuais na transição trimestral para o emprego formal

(Em p.p.)



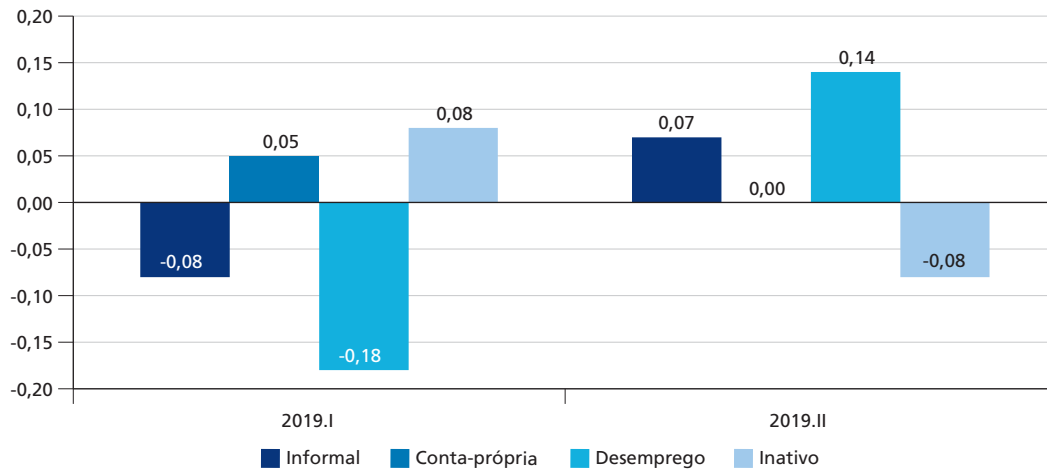
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 30

Diferenças anuais na transição de trabalhadores formais para outros destinos

(Em p.p.)



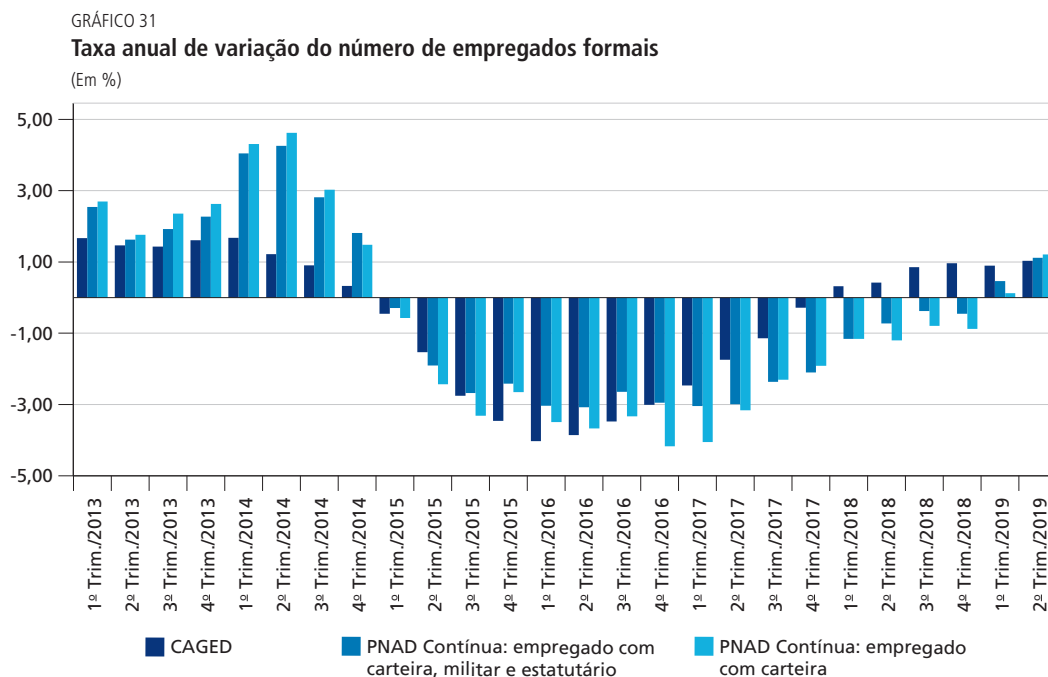
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Em suma, o emprego formal passou a apresentar taxas positivas de crescimento interanual a partir do primeiro trimestre de 2019. Isso parece ter sido determinado por uma diminuição no fluxo de saída do emprego formal para o desemprego e para a informalidade, bem como por um aumento no fluxo de entrada no emprego formal proveniente do emprego informal. Já no segundo trimestre de 2019, o fluxo de saída que registra uma diminuição quando comparado com o mesmo trimestre de 2018 é o que tem a inatividade como destino. No que diz respeito ao fluxo de entrada no emprego

formal no segundo trimestre de 2019, é o fluxo proveniente do desemprego que registra um crescimento relativo ao mesmo trimestre de 2018.

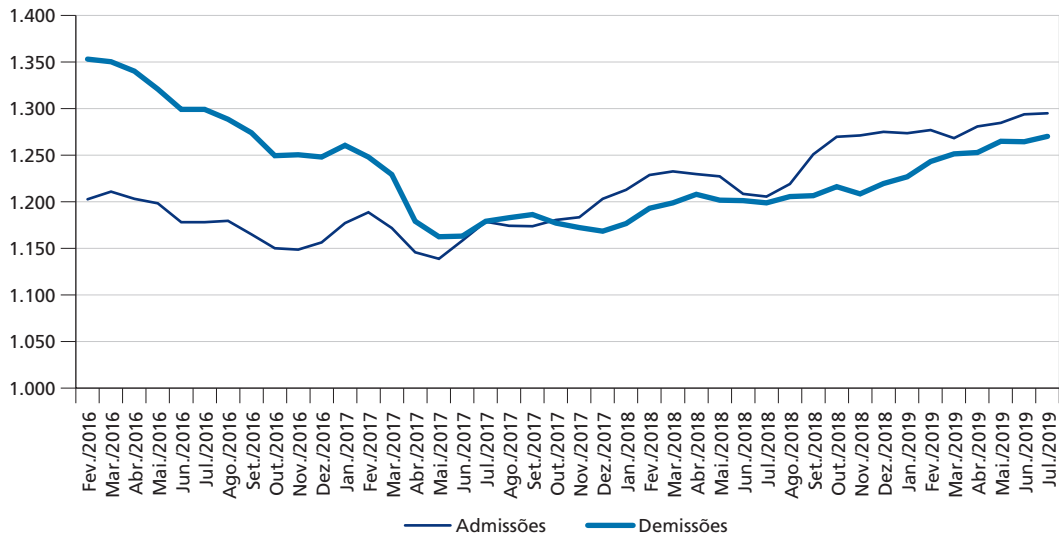
A análise dos dados do Caged reforça esse quadro de crescimento positivo. O gráfico 31, a seguir, ilustra as taxas de crescimento interanual do emprego formal de acordo com o Caged e a PNAD Contínua. Segundo a primeira fonte de informação, o crescimento interanual do emprego formal se aproxima de 1% desde o terceiro trimestre de 2018. Essa mesma magnitude de crescimento só é registrada no segundo trimestre de 2019 para a PNAD Contínua. Cabe notar que a recuperação apontada na PNAD Contínua – e a referência de 1% sendo alcançada apenas no segundo trimestre de 2019 – é mantida caso retiremos do emprego formal os militares e o estatutário, em tese tornando a série mais comparável ao Caged.



Fontes: PNAD Contínua/IBGE e Caged/ME.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

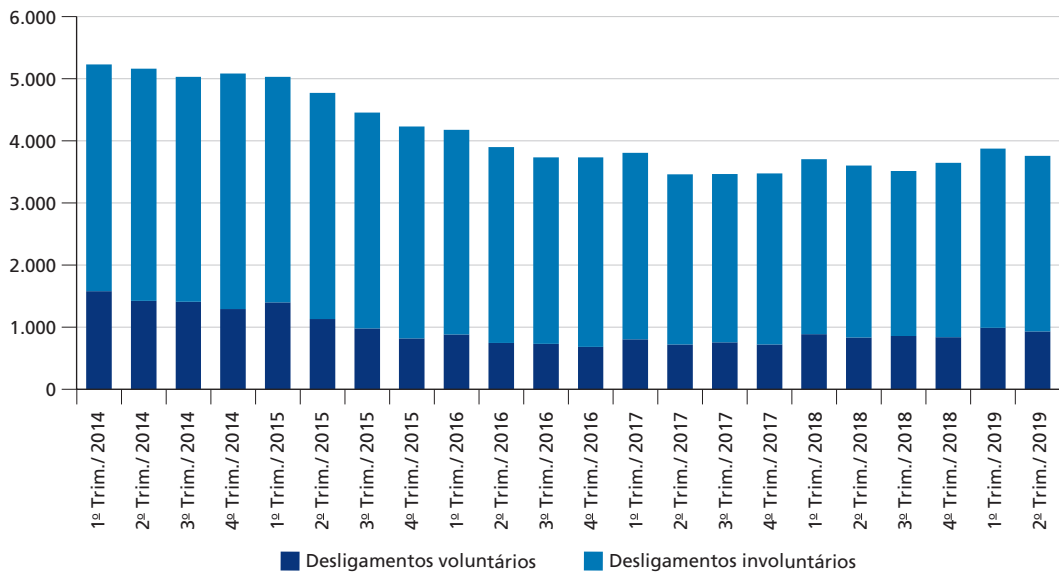
Os dados de fluxos de contratação e desligamento do Caged mostram que o crescimento recente do emprego com carteira só não foi maior devido a uma tendência bem marcada de crescimento nos desligamentos (gráfico 32). O gráfico 33 apresenta a evolução dos componentes dos desligamentos, voluntários ou involuntários.

GRÁFICO 32
Saldos mensais dessazonalizados – média móvel trimestral (Caged)
 (Em 1 mil unidades)



Fonte: Caged/ME.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 33
Desligamentos voluntários e involuntários do emprego formal – soma trimestral
 (Em milhares)



Fonte: Caged/ME.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
 Obs.: Desligamentos voluntários ocorrem a pedido do trabalhador e, a partir de novembro de 2017, por desligamento em comum acordo. Desligamentos involuntários ocorrem por demissão, com ou sem justa causa, e desligamentos por término de contrato, por morte e aposentadoria.

Os desligamentos voluntários, na comparação interanual, apresentam crescimento desde o terceiro trimestre de 2017. A parcela involuntária dos desligamentos, por sua vez, também cresce na mesma comparação, porém apenas a partir do último trimestre

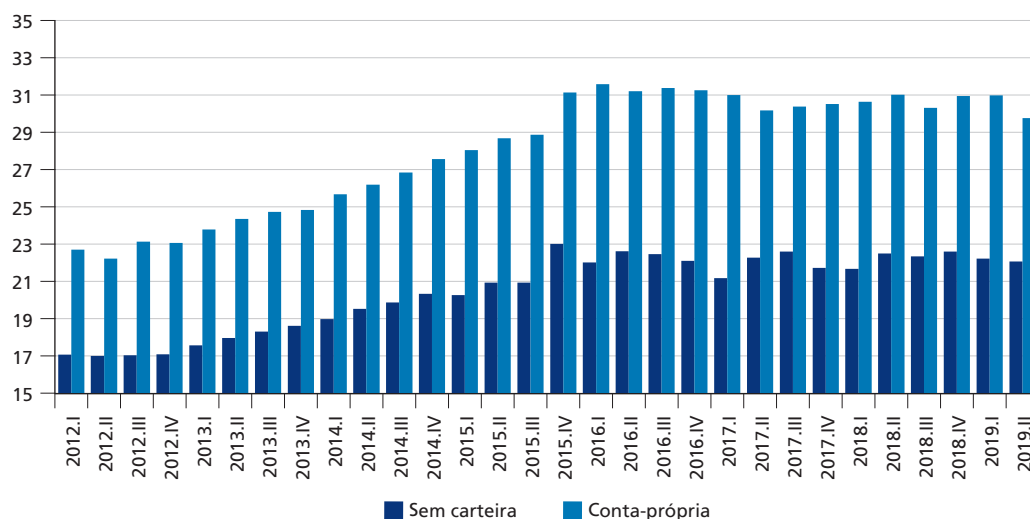
de 2018. Assim, a tendência dos desligamentos, notada anteriormente, foi causada até recentemente por demissões por iniciativa do próprio trabalhador.

Em relação às ocupações que registraram um crescimento maior que o emprego formal – sem carteira e por conta própria –, observa-se que, nos últimos trimestres, a participação desses trabalhadores que contribuem para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) voltou a cair no segundo trimestre de 2019. Com isso, o nível de contribuintes para o INSS entre esses grupos de trabalhadores continua em um patamar bem inferior aos observado no biênio 2015-2016 (gráfico 34). Vale dizer que essa dinâmica de contribuição é distinta. A participação de trabalhadores sem carteira que contribuem para a Previdência ficou constante, em torno de 22%, ao longo do final de 2018 e início de 2019. Já os trabalhadores por conta própria, no segundo trimestre de 2019, apresentaram uma queda em comparação ao mesmo período de 2018 – 29,7% e 31%, respectivamente.

No geral dos ocupados, a contribuição para a Previdência parece ter desacelerado ou até interrompido sua trajetória de queda: no último trimestre, registrou 62,8%, nível similar ao do início de 2013 (gráfico 35).

GRÁFICO 34

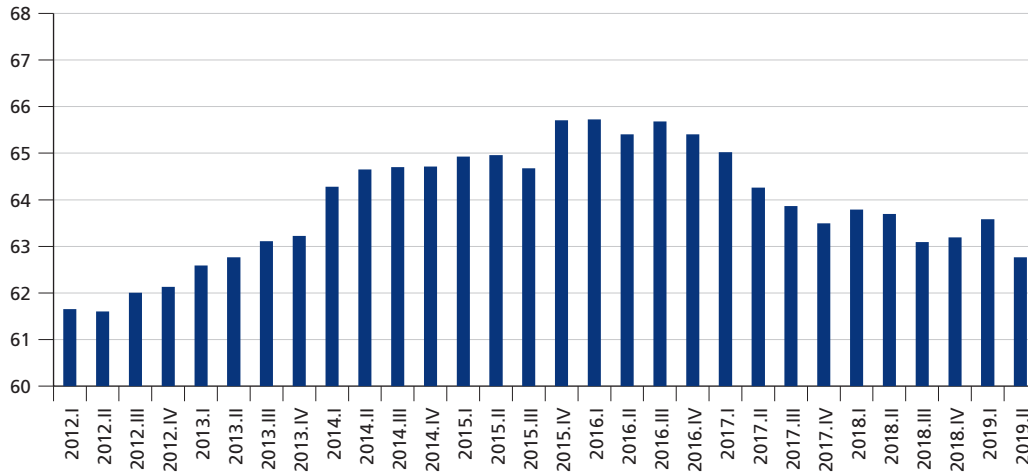
Proporção de ocupados sem carteira e por conta própria que contribuem para a Previdência Social
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 35
Proporção de ocupados que contribuem para a Previdência Social
 (Em %)

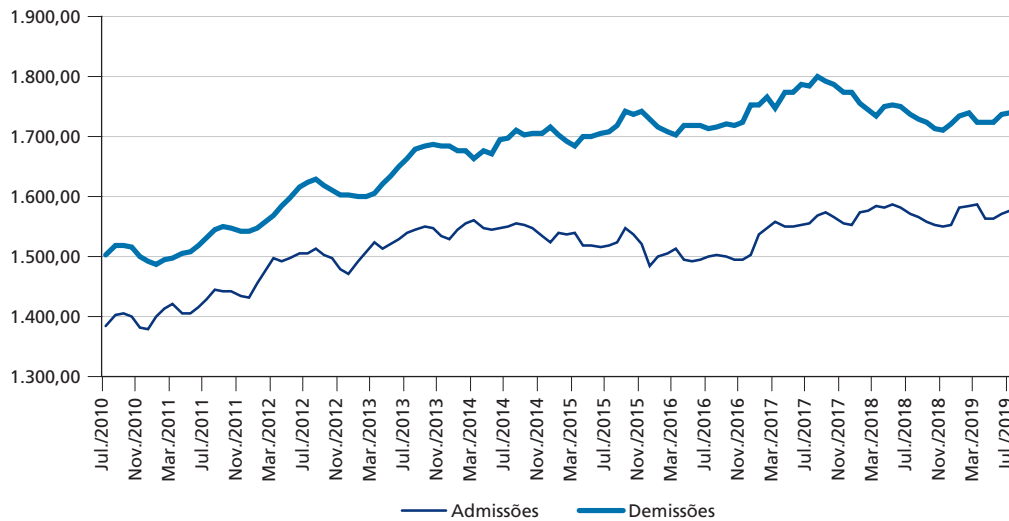


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

BOX 3
Caged: salário e tempo de permanência no emprego

Os dados do Caged, divulgados pela Secretaria de Trabalho, indicam que, a partir do segundo semestre de 2018, a geração de novos postos de trabalho com carteira assinada no país voltou a apresentar maior dinamismo, de modo que, no acumulado em doze meses, até julho, a economia brasileira havia criado 521,5 mil novos empregos formais. Junto a esse bom resultado, as estatísticas também mostram, na margem, uma recuperação dos salários médios de contratação, embora estes, historicamente, mantenham-se abaixo dos salários de demissão (gráfico 36).

GRÁFICO 36
Caged: salários médios de contratação e demissão
 (Em R\$ de julho de 2019)

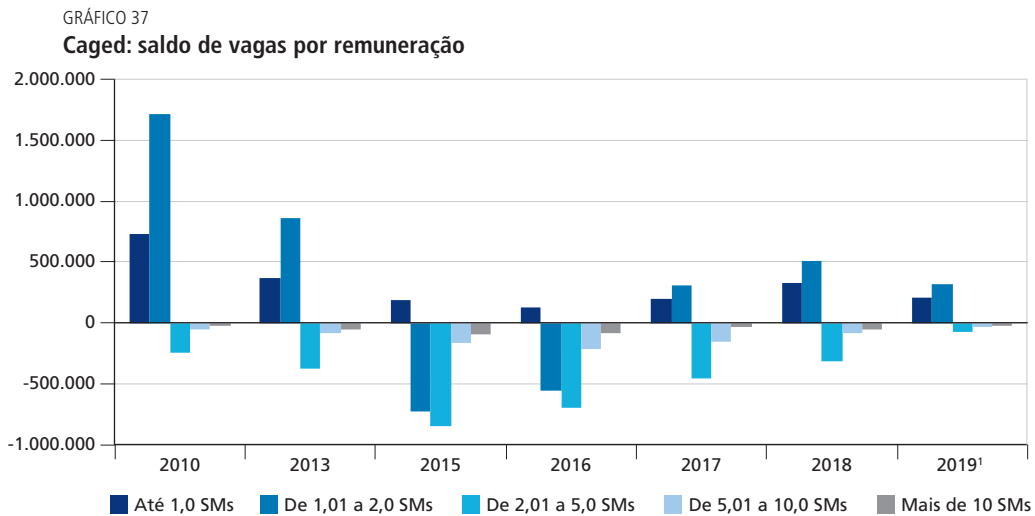


Fonte: Caged/ME.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

(Continua)

(Continuação)

Deve-se ressaltar, entretanto, que, em termos de salário mínimo (SM), a grande maioria das novas vagas geradas no país possui uma remuneração máxima de até 2,0 SMs. Segundo o gráfico 37, observa-se que apenas as duas primeiras faixas salariais possuem saldos positivos, ou seja, o número de contratações supera o de demissões. Para os demais níveis salariais, a dispensa de trabalhadores é maior que o total de admissões. Adicionalmente, nota-se que os efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho, sobretudo em 2015 e 2016, geraram não apenas uma expressiva dispensa de trabalhadores como também uma queda dos salários de contratação, dado que a única faixa de emprego com saldo positivo no período era a que remunerava até 1,0 SM. A partir de 2017, o país voltou a gerar vagas com salários entre 1,01 e 2,0 SMs, no entanto em proporções mais modestas.



Fonte: Caged/ME.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota:¹ Acumulado de janeiro a julho.

O corte setorial mostra que, nos últimos doze meses, os quatro maiores setores empregadores do país – indústria de transformação, construção civil, comércio e serviços – apresentam uma dinâmica similar, marcada por uma criação maior de empregos com remuneração entre 1,01 e 2,0 SMs e uma destruição de vagas com salário superior a este patamar (gráfico 38). Em termos relativos, constata-se que a indústria e os serviços geram duas vezes mais empregos com remuneração entre 1,01 e 2,0 SMs em comparação à faixa imediatamente anterior. No caso do comércio, o volume de criação de novos postos de trabalho é praticamente igual, enquanto na construção civil o volume de vagas criadas com salário entre 1,01 e 2,0 SMs é cinco vezes maior que o de vagas com remuneração de até 1,0 SM.

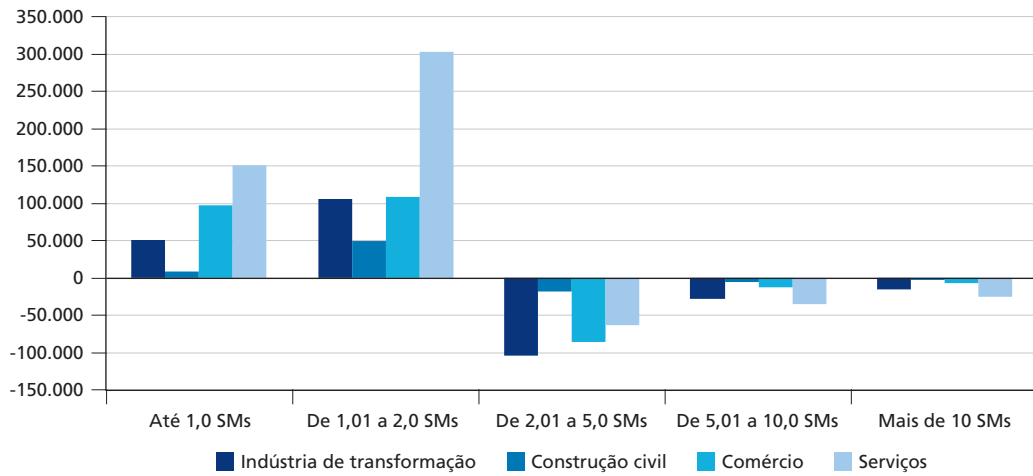
Por fim, os dados do Caged revelam que, na sua grande maioria, os trabalhadores demitidos são aqueles com menos tempo de permanência no emprego. De acordo com o gráfico 39, na média dos últimos doze meses, enquanto na indústria, no comércio e nos serviços quase a metade dos demitidos estava trabalhando há menos de um ano, na construção civil esse percentual avança para 62%. Em contrapartida, a menor parcela dos trabalhadores dispensados é formada por aqueles que possuíam mais de cinco anos de permanência no emprego. Se na indústria de transformação essa parcela corresponde a 14%, na construção civil não chega a 5%.

(Continua)

(Continuação)

GRÁFICO 38

Caged: saldo de vagas por remuneração e setores da economia

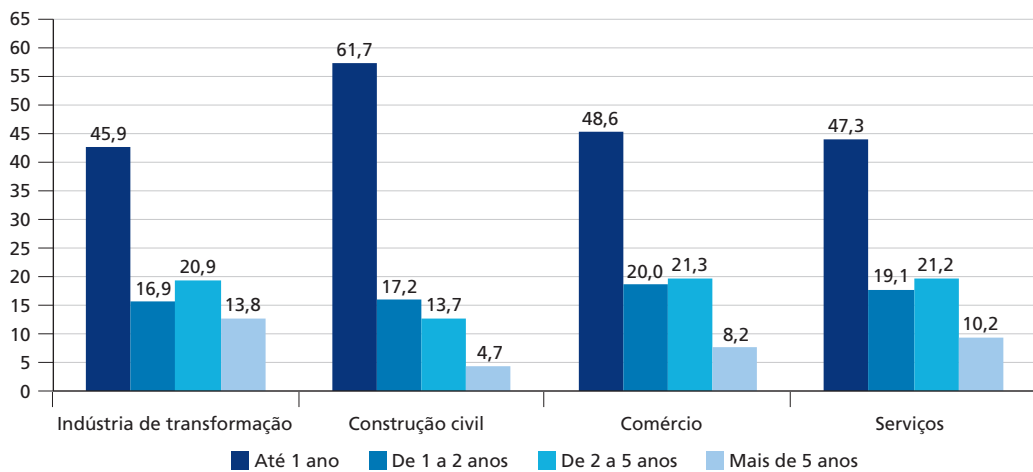


Fonte: Caged/ME.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 39

Caged: proporção de demitidos por tempo de permanência no emprego

(Em %)



Fonte: Caged/ME.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

4 EMPREGO SETORIAL

A tabela 2 traz uma análise do crescimento interanual da PO por setor de atividade, de forma a auxiliar na compreensão do agregado desse indicador. Todos os setores, exceto administração pública, mostraram resultados positivos no segundo trimestre de 2019.

Os setores de indústria (de transformação e extrativa); administração pública; educação e saúde; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais apresentaram taxas de crescimento anual do emprego no segundo trimestre de 2019 piores que o mesmo período de 2018. No caso da indústria de transformação e da administração pública, o fraco desempenho no segundo trimestre de 2019 vem confirmar uma tendência de taxas de crescimento abaixo de 1% desde meados de 2018. Já em outros setores, como agricultura, serviços industriais de utilidade pública, comércio e construção, o resultado positivo do crescimento interanual registrado no segundo trimestre interrompe uma trajetória de crescimento baixo ou negativo ao longo de 2018. Finalmente, os setores de intermediação financeira, imobiliária e serviço a empresas e de transporte continuam uma trajetória de aceleração iniciada em 2018.

Na tabela 3, detalhamos o crescimento interanual da PO de cada setor no segundo trimestre de 2019 por tipo de vínculo. Em relação ao emprego com carteira, o dado positivo é que a maior parte dos setores expostos nessa tabela apresentou taxas de crescimento positivas no período. Em contrapartida, a magnitude das taxas de crescimento do emprego com carteira tende a ser baixa. Apenas três setores evidenciaram taxas acima de 3,0%: intermediação financeira, imobiliária e serviço a empresas (3,2%); educação e saúde (4,0%); e outros serviços coletivos, sociais e pessoais (8,2%).

Já no que diz respeito aos outros tipos de ocupação, as taxas de crescimento positivas estão presentes em um conjunto maior de setores. Apenas um setor para conta própria e dois setores para os sem carteira registraram retração do emprego no segundo trimestre de 2019.

Alguns setores revelaram magnitudes expressivas para o crescimento do contingente de ocupados em posições autônomas ou de emprego informal. Entre os trabalhadores por conta própria, por exemplo, os setores de serviços industriais de utilidade pública; intermediação financeira, imobiliária e a empresas; e transporte e correios registraram crescimento de 29,6%, 11,2% e 13,6%, respectivamente. E os setores indústria extrativa; alojamento e alimentação; intermediação financeira, imobiliária e a empresas; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais apresentaram, respectivamente, taxas de 24,1%, 17,7%, 13,8% e 12,8% de crescimento entre os trabalhadores sem carteira. Em suma, entre os setores, o crescimento da PO é bem menos frequente e bem menos intenso para vínculos empregatícios formais, apesar da melhora recente.

TABELA 2
PNAD Contínua: PO por setores
 (Taxa de variação interanual, em %)

	2º Trim.-17	3º Trim.-17	4º Trim.-17	1º Trim.-18	2º Trim.-18	3º Trim.-18	4º Trim.-18	1º Trim.-19	2º Trim.-19
Agricultura	-8,12	-4,42	-5,11	-2,22	-1,77	1,63	-0,02	0,08	2,77
Indústria de Transformação	0,18	2,05	5,21	2,31	1,50	0,80	-1,14	0,85	0,76
Indústria Extrativa	-10,05	-2,09	1,17	-2,21	8,53	3,50	-5,29	4,61	2,17
Serviços industriais de utilidade pública	15,92	6,13	0,64	2,10	-4,05	-5,71	1,51	-2,79	3,14
Construção	-9,15	-3,67	-1,80	-4,00	-2,48	-1,17	-1,67	-0,28	0,95
Comércio	0,11	2,48	1,32	1,60	-0,06	0,17	-0,39	0,72	1,14
Intermediação financeira, imobiliária e serviço a empresas	1,43	5,22	4,38	1,47	1,01	1,16	2,12	4,10	6,20
Transporte	2,94	2,65	-1,00	2,43	0,70	-0,18	4,45	4,40	4,76
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	7,82	4,95	8,56	10,34	6,05	9,10	5,78	3,93	5,69
Administração Pública	-3,00	-2,92	-0,62	1,60	0,49	0,01	-0,49	0,81	-0,34
Educação e Saúde	-0,39	2,02	2,75	3,91	5,31	4,81	5,59	4,40	3,63
Alojamento e alimentação	12,97	12,16	8,78	5,72	2,70	2,60	2,84	3,13	4,39
Serviços domésticos	-2,84	0,49	4,27	2,53	1,73	0,89	-2,08	-1,27	1,32

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 3

PNAD Contínua: PO por setores e posição na ocupação (2º trim./2019)

(Taxa de variação interanual, em %)

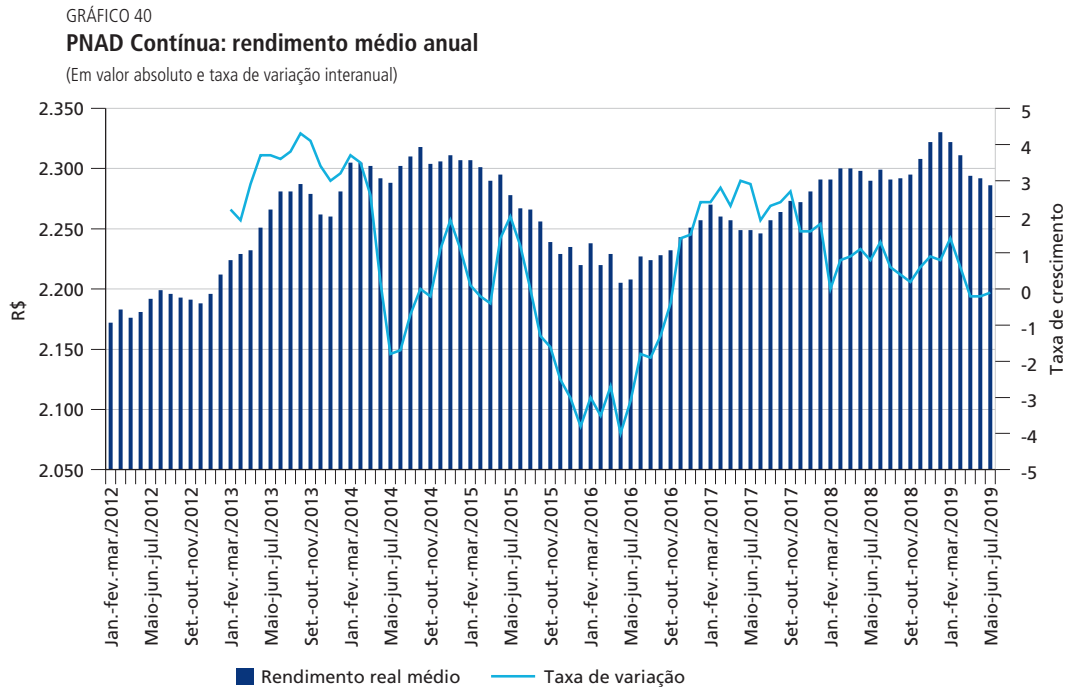
	Com carteira	Sem carteira	Conta-própria
Total	1,1	3,7	5,0
Agricultura	0,9	1,3	5,7
Indústria de transformação	0,5	0,1	1,3
Indústria extrativa	2,6	24,1	-14,3
Serviços industriais de utilidade pública	-3,9	9,7	29,6
Construção	-3,0	0,2	3,7
Comércio	0,2	1,2	3,1
Intermediação financeira, imobiliária e serviço a empresas	3,2	13,8	11,2
Transporte	0,0	-3,0	13,6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	8,2	12,8	3,5
Administração pública	-0,2	-0,9	-
Educação e saúde	4,0	2,5	6,1
Alojamento e alimentação	-3,3	17,7	1,5
Serviços domésticos	-2,9	3,1	-

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

5 RENDIMENTOS

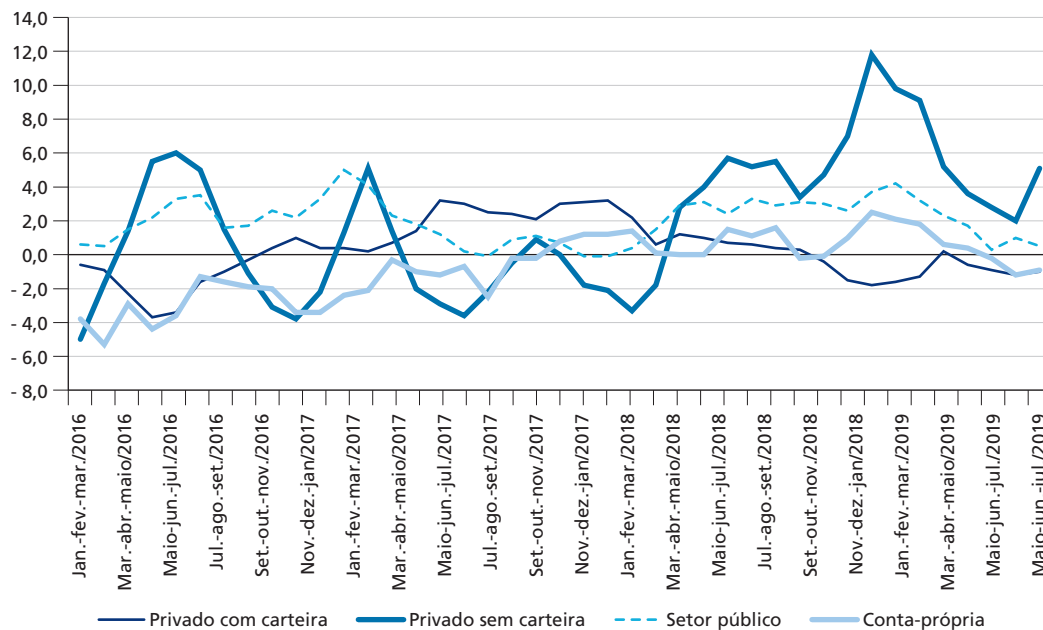
Os rendimentos reais médios apresentaram quedas de 0,2%, no segundo trimestre de 2019 em comparação com o mesmo trimestre de 2018, e de 1,3%, em relação ao trimestre anterior (primeiro trimestre de 2019). Ainda de acordo com os dados da PNAD Contínua, no trimestre móvel encerrado em julho de 2019, o rendimento médio real habitualmente recebido registrou queda de 1,9% na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro de 2019, maior valor registrado na pesquisa, tendo atingido R\$ 2.286,00, como mostra o gráfico 40.



Na abertura por vínculo de ocupação, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que o setor privado com carteira (-1,0%) e os trabalhadores por conta própria (-0,9%) apresentaram queda real de rendimentos no último trimestre móvel encerrado em julho (gráfico 41). O destaque positivo ficou por conta do setor privado sem carteira (exclusive trabalhadores domésticos), cujos rendimentos apontaram um aumento de 5,1%, evidenciando uma elevação ainda maior nos meses anteriores. Em contrapartida, a desigualdade de renda nesse setor tem se elevado bastante: índice de Gini dos rendimentos do trabalho dos sem carteira saltou de cerca de 0,470, no início de 2018, para 0,509, no segundo trimestre de 2019. Em relação aos rendimentos dos trabalhadores por conta própria, nota-se que apresentaram uma reversão da tendência de crescimento interanual, mostrando uma variação negativa nos últimos trimestres móveis.

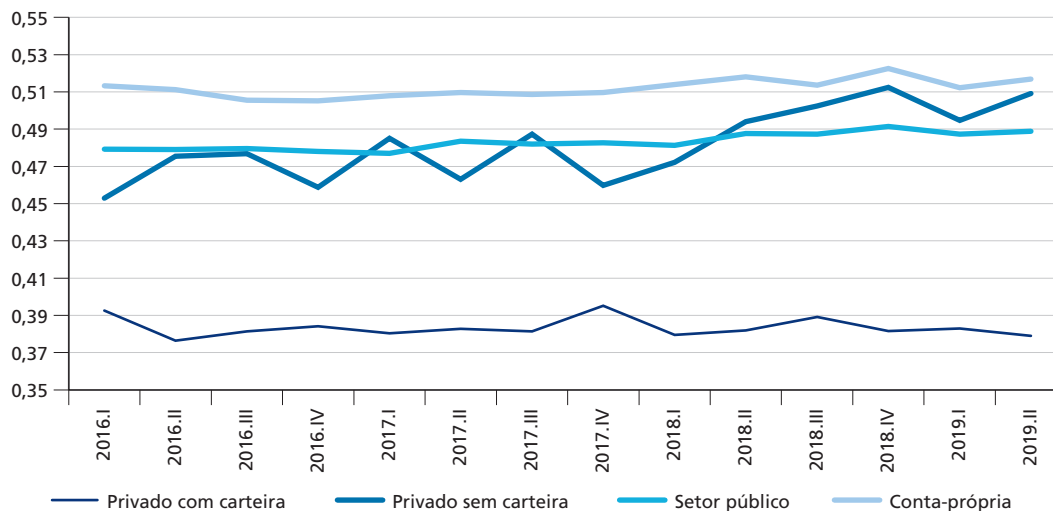
Na desagregação salarial por diferentes recortes, os microdados mostram que, de uma maneira geral, a maior parte dos segmentos aponta uma queda de rendimentos reais, conforme mostra a tabela 4. Em termos regionais, no segundo trimestre de 2019, as expansões ocorreram no Nordeste e no Sul, com taxas de 0,5% e 1,9%, respectivamente. O destaque negativo foi, pelo terceiro trimestre consecutivo, a região Norte, com queda de 2,3%. O corte por gênero revela que os rendimentos recebidos pelas mulheres continuam apresentando variação superior à registrada pelos homens.

GRÁFICO 41
PNAD Contínua: rendimento médio real – por tipo de vínculo
 (Taxa de variação interanual, em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 42
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – por tipo de vínculo (índice de Gini)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O detalhamento por idade e grau de instrução indica que, novamente, os trabalhadores mais jovens e com ensino fundamental incompleto registram os piores resultados, com queda nos seus rendimentos reais médios de 1,8% e 2,1% respectivamente. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, neste trimestre, todos os grupos apresentaram quedas

nos rendimentos. Em relação à idade, destaca-se ainda o melhor resultado dos rendimentos dos ocupados entre 25 e 39 anos, cuja taxa de expansão no último trimestre foi de 1,5%, mantendo a tendência do trimestre anterior. Por fim, as estatísticas da PNAD Contínua mostram que os não chefes de família tiveram melhor desempenho no segundo trimestre de 2019 e os empregados nas regiões metropolitanas obtiveram perdas reais da ordem de 0,4%.

TABELA 4

PNAD Contínua: rendimento médio real por dados desagregados

(Taxa de variação interanual, em %)

	2017		2018				2019	
	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.
Centro-Oeste	1,4	3,5	2,7	1,0	0,6	0,6	0,6	-0,6
Nordeste	3,5	4,2	1,6	1,6	3,2	1,4	1,4	0,5
Norte	4,8	5,6	2,9	0,9	0,0	-2,2	-2,3	-2,3
Sudeste	0,1	0,0	0,1	3,0	1,7	2,1	1,2	-0,7
Sul	2,2	1,5	0,3	0,6	0,1	1,3	3,6	1,9
Masculino	2,2	2,6	1,7	2,6	1,0	1,0	0,5	-1,2
Feminino	0,9	0,2	-0,4	1,5	2,3	2,5	3,2	1,8
14 a 24 anos	1,4	0,5	-1,2	-1,1	-2,7	-1,9	-0,8	-1,8
25 a 39 anos	0,9	1,2	1,0	1,1	2,2	1,9	2,7	1,5
40 a 59 anos	2,1	2,1	0,6	2,4	0,2	0,7	0,1	-1,3
60 anos ou mais	0,4	0,1	0,8	2,5	4,1	2,3	1,2	-1,1
Não chefe de família	3,4	2,0	-0,6	2,0	1,1	1,5	3,1	0,8
Chefe de família	0,6	1,7	2,2	2,3	1,7	1,4	0,1	-0,7
Fundamental incompleto	1,7	1,2	0,6	-0,9	-1,2	-2,1	-2,4	-2,1
Fundamental completo	-0,5	-0,1	-0,3	-1,4	-1,2	-0,4	1,2	-1,3
Médio incompleto	3,8	5,0	3,2	0,7	0,2	-1,8	-0,4	-1,2
Médio completo	-2,3	-1,5	-1,5	0,0	0,2	0,3	-0,2	-1,1
Superior	0,1	0,9	-1,1	0,3	-0,2	-1,0	-0,5	-1,9
Região metropolitana	1,0	1,6	0,9	2,9	2,5	2,1	2,0	-0,4
Não região metropolitana	2,1	1,6	0,8	1,1	0,2	0,7	0,8	0,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Dentro desse contexto, apesar da queda dos rendimentos observada nos últimos meses, a elevação da PO vem possibilitando uma expansão continuada da massa salarial real, entretanto a um ritmo bastante mais moderado que o observado anteriormente. Na comparação interanual, os dados apontam que, no último trimestre móvel, encerrado em julho, a massa de rendimentos real habitualmente recebida registra alta de 2,2%. É um aumento menos intenso que o observado nos trimestres anteriores (crescimento médio de 3,7%, ao longo de 2018, e 3,3%, no primeiro trimestre de 2019). Cabe ressaltar que a sustentação da massa salarial tem ocorrido principalmente pelos trabalhadores informais e por aqueles que estão por conta própria. Enquanto o crescimento da massa salarial interanual no segundo trimestre de 2019 subiu 4,6% para os trabalhadores sem

carteira e 3,7% para os por conta própria, a massa salarial dos trabalhadores formais (com carteira e funcionários públicos) subiu tão somente 1,0%.

6 RENDIMENTOS POR FAIXA DE RENDA E DESIGUALDADE SALARIAL

Um indicador muito utilizado para inferir sobre o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço pode variar por períodos consideráveis de tempo, quando padrões distintos de consumo por faixa de renda são levados em consideração. No apêndice A, detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 5, expõe-se o crescimento anual da renda domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice A. Se ao longo de 2016 as faixas de renda intermediária (3, 4 e 5) apresentaram um desempenho mais positivo, de 2017 até o final de 2018 foram justamente as que mostraram uma pior evolução do crescimento da renda, particularmente as faixas de renda média-baixa e de renda média (3 e 4). Nos últimos dois trimestres, foram as faixas superiores que apresentaram maior crescimento da renda. Em contrapartida, em 2019, são justamente as faixas 1 e 2 que mantiveram o pior desempenho, tendo inclusive demonstrado queda do rendimento no último trimestre, o que evidencia o aumento da desigualdade mostrado no gráfico 43.

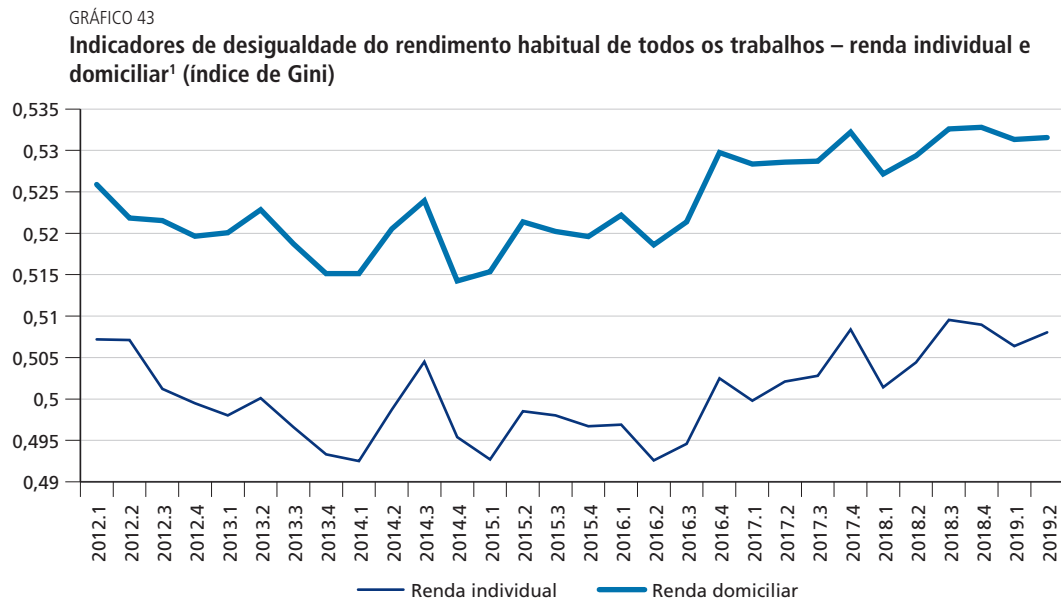
TABELA 5
PNAD Contínua: rendimento médio real domiciliar por faixa de renda
(Taxa de variação interanual, em %)¹

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2016.1	-3,78	0,35	0,50	-0,28	0,93	1,19
2016.2	-3,77	-0,54	1,13	-0,33	-0,37	-3,88
2016.3	-4,45	-3,24	-1,06	-0,23	0,11	-4,97
2016.4	-2,22	-1,56	0,29	1,14	0,68	-1,72
2017.1	-1,87	-1,52	-0,84	-1,32	-1,69	-4,03
2017.2	4,68	2,50	-0,73	-0,80	1,77	5,12
2017.3	5,89	2,92	-0,94	-0,40	1,87	8,92
2017.4	5,91	2,26	-0,89	-0,61	1,85	7,64
2018.1	5,33	3,32	-0,06	-0,39	1,34	7,05
2018.2	-0,32	0,09	0,59	0,04	-1,93	0,65
2018.3	-1,93	-1,37	-0,35	-0,23	-3,00	1,76
2018.4	0,27	0,45	2,13	4,94	2,32	0,82
2019.1	0,10	0,44	2,37	5,28	2,98	2,48
2019.2	-1,43	-0,43	0,87	3,03	1,95	1,52

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota:¹ Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.

O gráfico 43 revela a elevação do índice de Gini de forma acentuada desde 2016, tendo a desigualdade dos rendimentos do trabalho sido mais intensa quando considerada a renda domiciliar. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu cerca de 0,514, no quarto trimestre de 2014, para 0,533, no mesmo trimestre de 2018. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,495 para 0,509. No segundo trimestre de 2019, o Gini da renda individual do trabalho subiu em relação ao trimestre anterior para 0,508 e o da renda do trabalho domiciliar ficou relativamente estável em 0,532.

Esse aumento do Gini se deve à retomada da ampliação da desigualdade entre os extremos da renda. De forma mais concreta, enquanto no primeiro trimestre de 2019 a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta era 30,1 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, no segundo trimestre a renda domiciliar da faixa mais alta era 30,5 vezes maior, praticamente igualando o pico da série histórica (30,6) atingido no terceiro trimestre de 2018. Cabe notar, ainda, como mostra a tabela A.2 do apêndice A, que houve uma ligeira queda da proporção de domicílios sem renda do trabalho – caso esses domicílios fossem considerados no cálculo do Gini, este teria se reduzido de 0,647 para 0,645 no último trimestre.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota:¹ Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.

APÊNDICE A

A tabela A.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009 – período de referência da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e, com isso, obtêm-se as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). A tabela A.1 apresenta também as faixas de renda a preços de fevereiro de 2019, período de referência do último trimestre disponível na PNAD Contínua.

TABELA A.1
Faixas de renda mensal domiciliar

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ em jan./2009)	Renda domiciliar (R\$ em maio/2019)
1 - Muito baixa	Menor que R\$ 900	Menor que R\$ 1.638,70
2 - Baixa	Entre R\$ 900 e R\$ 1.350	Entre R\$ 1.638,70 e R\$ 2.453,41
3 - Média-baixa	Entre R\$ 1.350 e R\$ 2.250	Entre R\$ 2.453,41 e R\$ 4.097,89
4 - Média	Entre R\$ 2.250 e R\$ 4.500	Entre R\$ 4.097,89 e R\$ 8.195,79
5 - Média-alta	Entre R\$ 4.500 e R\$ 9.000	Entre R\$ 8.195,79 e R\$ 16.391,58
6 - Alta	Maior que R\$ 9.000	Maior que R\$ 16.391,58

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac/Ipea).

A tabela A.2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os segundos trimestres de 2014, 2016, 2018 e 2019. Destaca-se um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho e dos domicílios de renda do trabalho muito baixa.

TABELA A.2
Proporção de domicílios por faixas de renda (do trabalho)
(Em %)

Faixa de renda	2º trim./2014	2º trim./2016	2º trim./2018	2º trim./2019
0 - Sem renda do trabalho	19,01	20,72	22,48	22,40
1 - Muito baixa	29,84	28,75	29,39	29,63
2 - Baixa	12,46	14,55	12,26	11,6
3 - Média-baixa	18,09	16,50	16,03	17,11
4 - Média	13,52	12,86	13,00	12,55
5 - Média-alta	4,92	4,70	4,73	4,64
6 - Alta	2,15	1,93	2,11	2,05

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.3

Renda média individual por faixa de renda¹

(Em R\$ de maio de 2019)

Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	801,7	1.256,3	1.597,6	2.528,4	4.988,2	12.725,5
2012.2	801,0	1.267,1	1.609,2	2.531,2	5.058,9	12.446,8
2012.3	805,7	1.254,4	1.600,4	2.523,6	5.002,2	12.856,4
2012.4	808,3	1.242,9	1.609,1	2.541,1	5.055,6	12.817,1
2013.1	813,8	1.271,3	1.638,8	2.559,2	5.112,2	12.983,1
2013.2	813,2	1.278,9	1.641,1	2.537,5	5.064,0	13.262,8
2013.3	820,4	1.272,2	1.643,9	2.532,3	5.017,7	12.872,7
2013.4	807,5	1.267,7	1.650,5	2.552,3	4.981,5	12.495,2
2014.1	873,8	1.296,3	1.740,8	2.603,0	5.173,0	12.956,7
2014.2	828,6	1.281,9	1.725,9	2.574,0	5.132,8	13.056,1
2014.3	806,6	1.280,6	1.710,5	2.575,4	5.091,7	13.100,8
2014.4	833,8	1.280,8	1.697,4	2.593,7	5.156,3	12.874,2
2015.1	840,5	1.285,4	1.703,7	2.588,4	5.172,7	13.190,8
2015.2	831,0	1.243,1	1.689,8	2.603,6	5.208,0	13.748,0
2015.3	820,4	1.336,7	1.642,7	2.602,6	5.210,5	13.461,6
2015.4	793,5	1.312,2	1.624,9	2.570,1	5.139,4	13.290,3
2016.1	800,7	1.308,4	1.669,2	2.623,8	5.300,5	13.345,6
2016.2	787,7	1.297,6	1.654,9	2.611,2	5.304,1	12.975,4
2016.3	784,7	1.298,1	1.668,8	2.586,3	5.283,0	12.953,1
2016.4	780,8	1.299,8	1.669,7	2.611,3	5.216,6	13.034,7
2017.1	794,9	1.327,5	1.666,3	2.612,2	5.220,7	13.123,6
2017.2	833,5	1.282,9	1.651,7	2.602,5	5.452,8	13.595,2
2017.3	833,1	1.273,6	1.655,2	2.593,7	5.396,6	13.637,8
2017.4	826,0	1.270,9	1.650,7	2.593,0	5.395,0	13.859,0
2018.1	832,7	1.300,5	1.667,2	2.617,0	5.358,7	13.531,2
2018.2	825,3	1.297,9	1.670,9	2.620,4	5.432,2	13.617,2
2018.3	808,5	1.272,2	1.645,1	2.607,3	5.323,9	14.049,2
2018.4	822,1	1.268,8	1.719,1	2.708,9	5.389,0	14.011,0
2019.1	828,2	1.296,6	1.734,2	2.713,4	5.450,4	14.180,8
2019.2	807,9	1.268,9	1.704,1	2.641,7	5.370,7	14.211,7

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.

TABELA A.4

Renda média domiciliar por faixa de renda¹

(Em R\$ de maio de 2019)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	952,5	2.057,6	3.187,3	5.577,8	11.004,0	27.280,3
2012.2	948,0	2.057,8	3.205,1	5.584,8	11.018,8	27.061,1
2012.3	947,4	2.036,5	3.179,1	5.566,5	10.960,6	27.774,8
2012.4	951,3	2.028,1	3.150,5	5.544,8	11.079,7	27.774,3
2013.1	950,0	2.034,5	3.177,4	5.526,5	11.012,9	27.552,3
2013.2	947,5	2.027,9	3.166,2	5.511,5	10.961,2	28.320,2
2013.3	954,2	2.015,4	3.152,0	5.481,9	10.925,6	27.259,4
2013.4	941,5	1.993,3	3.135,1	5.497,3	10.891,0	26.600,9
2014.1	1007,8	2.088,9	3.249,8	5.745,1	11.327,8	27.542,8
2014.2	969,1	2.062,1	3.208,7	5.671,5	11.189,7	27.766,1
2014.3	952,5	2.049,1	3.191,7	5.645,9	11.140,1	27.408,1
2014.4	971,2	2.029,8	3.174,0	5.644,2	11.136,6	26.893,7
2015.1	966,6	2.004,9	3.147,4	5.598,6	10.949,1	27.226,6
2015.2	956,2	1.998,7	3.110,0	5.578,1	11.075,6	27.984,1
2015.3	951,0	2.050,9	3.186,9	5.529,2	10.975,7	27.415,1
2015.4	926,5	2.014,5	3.147,6	5.483,9	10.865,6	27.228,4
2016.1	930,1	2.012,0	3.163,3	5.582,8	11.050,4	27.551,2
2016.2	920,1	1.987,9	3.145,2	5.559,6	11.035,1	26.899,0
2016.3	908,6	1.984,4	3.153,2	5.516,2	10.987,5	26.051,4
2016.4	905,9	1.983,2	3.156,6	5.546,4	10.939,2	26.759,8
2017.1	912,7	1.981,4	3.136,7	5.508,9	10.863,9	26.442,0
2017.2	963,2	2.037,5	3.122,3	5.515,0	11.230,0	28.277,5
2017.3	962,2	2.042,3	3.123,5	5.494,3	11.193,1	28.376,0
2017.4	959,5	2.028,0	3.128,4	5.512,7	11.141,0	28.803,4
2018.1	961,3	2.047,1	3.134,9	5.487,2	11.009,4	28.306,4
2018.2	960,1	2.039,3	3.140,7	5.517,1	11.013,8	28.460,3
2018.3	943,6	2.014,4	3.112,5	5.481,6	10.857,6	28.874,0
2018.4	962,1	2.037,2	3.194,9	5.785,2	11.399,1	29.039,4
2019.1	962,2	2.056,2	3.209,1	5.777,1	11.337,6	29.008,2
2019.2	946,3	2.030,6	3.168,0	5.684,3	11.229,1	28.892,0

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota:¹ Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.

